

2 MUDANÇAS NAS RELAÇÕES INTERNACIONAIS E NA INSERÇÃO DO BRASIL

7 DE ABRIL DE 2006

Coordenadora da Mesa:

Maria da Conceição Tavares. Presidente Acadêmica do Centro Celso Furtado

Expositores:

Embaixador Samuel Pinheiro Guimarães. Ministério das Relações Exteriores
MUDANÇAS NA INSERÇÃO INTERNACIONAL DO BRASIL

José Luís Fiori. Instituto de Economia/UFRJ
MUDANÇAS ESTRUTURAIS E CRISE DE LIDERANÇA NO SISTEMA MUNDIAL

José Carlos Braga. Instituto de Economia/Unicamp
INSERÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL E CAPITALISMO NO BRASIL — 1989-2006

Luiz Gonzaga Belluzzo. Instituto de Economia/Unicamp
MUDANÇAS NA GEOECONOMIA MUNDIAL E SEUS IMPACTOS NO BRASIL

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Eu gostaria de começar falando um pouco sobre como é possível mudar, já que o título se refere à *mudança* na inserção internacional do Brasil. Para que a nossa inserção possa ser efetivamente uma mudança, ela precisa partir de uma atitude: a de que o Brasil pode e deve construir um sistema que seja mais favorável aos seus interesses. Não estou falando dos interesses dos países em desenvolvimento, mas da idéia de que temos de partir de interesses nacionais.

Temos uma sociedade nossa, uma economia nossa, um sistema político nosso, um sistema social nosso, que é diferente dos outros e é o que conhecemos um pouquinho melhor. Não queremos impor nosso sistema aos outros e nem queremos que os outros imponham o seu a nós. Devemos ter um tipo de visão de como é que o mundo muda. Outra atitude é a de como se segue o mundo – o que, no país do *mainstream*, se chama um país normal.

Vocês já ouviram isso de governos anteriores: “o Brasil deve ser um país normal”. Um país normal é um país ex-colonial que é uma nova colônia, é um país adaptado ao mundo e que aceita a estrutura de poder político, econômico, militar, tecnológico. É “normal” porque não contraria ninguém. Nós não podemos nos encaixar nisso. Isso não é suficiente para nós. Pode ser suficiente para pequenos Estados, cuja capacidade de transformação do mundo é naturalmente limitada por sua dimensão menor. Mas não para um país com as dimensões como o nosso em termos de população, território, recursos e com uma estrutura econômica relativamente muito sofisticada – não igual à dos Estados Unidos, ou do Japão, mas bastante sofisticada para um Estado da periferia. Então, para mudar o mundo, é primeiro preciso saber um pouco como é o mundo, ter uma visão do mundo – sem ela não podemos modificar o mundo. E devemos ter uma visão de como é o Brasil, saber como o Brasil se relaciona com o mundo.

Muitas vezes, quando se lê a respeito de projetos para o Brasil, tem-se uma impressão de que o Brasil está solto no mundo, com total autonomia, podendo fazer certas coisas em determinadas circunstâncias. Mas ninguém muda o mundo sozinho, nem os Estados Unidos, hoje um dos países mais poderosos, conseguem mudar o mundo sozinho. Procuram aliados para essa tarefa de mudar o mundo, à luz do que querem para eles. Naturalmente, com um discurso retórico, dizendo que aquilo o que querem para si é melhor para o mundo. Parece uma atitude altruísta. Nós também podemos tê-la. Aquilo que queremos mudar no mundo é

melhor também para o mundo. Pelo menos para o mundo dos países em desenvolvimento. E também é bom, argumentamos, para os países desenvolvidos, na medida em que essas mudanças criarão enorme estabilidade internacional, o que, portanto, é favorável ao sistema como um todo. Evidentemente, uma visão holística sempre é muito mais difícil politicamente.

Mas quais são as tendências atuais do mundo e suas estruturas? Precisamos ter uma visão do mundo e uma visão do Brasil no mundo, para depois então definir uma estratégia de inserção internacional que mude o mundo a nosso favor. Uma visão, pelo menos a que tenho do mundo, sucintamente, é a seguinte. Vamos começar pela estrutura: o sistema internacional é um sistema de Estados soberanos; não é um sistema de empreendimentos internacionais, não é um sistema de bancos. E quem tem o poder de impor a norma jurídica para disciplinar as relações entre os indivíduos, entre as empresas e entre os Estados, são os Estados nacionais. São eles que determinam em sua escala de soberania, dentro dos seus territórios, quem estabelece as normas relativas ao sistema de crédito – e não os bancos. Os bancos procuram influir sobre esse sistema, mas os atores principais do sistema internacional são os Estados. Não concordo com certas teorias que dizem que os Estados estão acabando. Se os Estados acabassem, seria um caos extraordinário. Para começar, dentro desta sala, não haveria norma que controlasse nosso comportamento, que sancionasse esse comportamento. É porque existem um Estado e normas jurídicas que as pessoas aceitam normalmente certos comportamentos.

Naturalmente, dentro desse sistema existem outros atores: as empresas multinacionais, com a sua extraordinária capacidade de influir, as organizações não-governamentais, como a Igreja. A Igreja é uma organização não-governamental tradicional de grande habilidade, tem a melhor diplomacia do mundo, a mais complexa e a mais antiga – a mais complexa porque lida com valores espirituais e materiais em todos os Estados, ou seja, tem seguidores em todos os Estados. E outras organizações, como os sindicatos, organizações ambientais, organizações profissionais, que procuram influir não só dentro de cada Estado como também em nível internacional. Por exemplo, o Greenpeace, que procura influir na legislação internacional de natureza ambiental. Ou o ATTAC, essa organização francesa criada mais recentemente, que pressiona na área financeira e comercial das negociações. Todas têm uma capacidade de influir muito grande.

Neste universo em que os Estados são atores, nem todos são iguais; alguns são grandes potências, se quisermos usar um linguajar um pouco antigo. Todos sabemos quais são: os países nucleares – Estados Unidos, Inglaterra, França –, isto é, os que têm armas nucleares; os países que são membros do Conselho de Segurança, que por acaso têm armas nucleares (são os mesmos países); os países do G-8 – antes era o G-7, mas a Rússia foi admitida, embora do ponto de vista econômico não tenha uma importância tão grande. Estou exagerando um pouquinho, mas o G-7 era uma organização de países capitalistas desenvolvidos, e a Rússia não é um país capitalista desenvolvido. Agora, já se pensa em convidar a China. Depois, temos uma miríade de micro-Estados. Aí entram as ilhas do Caribe, da Polinésia, Palau... Na última votação das Nações Unidas, a da criação do Conselho de Direitos Humanos, quatro países votaram contra: os Estados Unidos, Israel, as Ilhas Marchand e Palau. Dou um prêmio a quem souber onde fica Palau no mapa. É uma ilha. É algo de talvez cem mil habitantes. Um micro-Estado. Depois há os pequenos Estados. Depois, os Estados médios, como alguns da América Central, da Ásia. Não são micros, mas são pequenos por território ou por população. E depois temos no sistema internacional os grandes Estados da periferia. Os senhores sabem quais são: a Índia, a China, o Brasil, a África do Sul, a Nigéria, a Rússia, que hoje é um Estado da periferia, e, de certa forma, a Argentina, que também é um grande Estado da periferia. A projeção cartográfica distorce um pouco, mas a Argentina tem cerca de três milhões e quinhentos mil quilômetros quadrados, mais ou menos pouco mais que a metade do Brasil. Os grandes Estados da periferia são relevantes. Têm certa semelhança: a população, o tamanho do território e o fato de, em geral, terem desenvolvido um parque industrial razoável, como a Índia e a China. A China é um caso um pouco peculiar, ainda é um Estado com graves desafios a serem enfrentados.

Bem, esses são os atores. Qual é a dinâmica? Aí temos duas teorias, a teoria de que todos cooperam e chegam a uma situação de soma positiva. Todos ganham. E há uma teoria que diz que só há jogo de soma zero, quer dizer, o que um ganha o outro perde. Prefiro uma outra teoria, de situações complexas, situações de cooperação ou de conflito. O conflito pode chegar a ser armado, mas pode não chegar; pode ser de antagonismos, de várias situações mescladas em que os ganhos se dividem de forma desigual. Alguns Estados ganham mais do que outros. E se não ganhassem, se fosse só um jogo de soma zero, não haveria por que fazer esforço algum.

É porque existe um processo em que se pode ganhar mais que existe o esforço político negociador para criar normas que levem à maior apropriação do produto mundial por um Estado – regras comerciais de investimento, de propriedade intelectual, todo o tipo de regras, regras militares, regras ambientais, para enfrentar uma situação em que todos procuram se apropriar de uma parcela maior do produto.

Quanto às tendências, vou citar somente duas ou três, por causa do tempo. A primeira delas é que existe um processo hoje em dia, que creio ser da maior importância, que é a aceleração do progresso científico e tecnológico. Não é só o progresso, é que ele está se acelerando por causa do volume de recursos gigantescos aplicados em pesquisa de toda ordem, do número de cientistas em atividade e da organização industrial de investigação. A investigação não é algo que ocorre no fundo do quintal, como um professor Pardal que ia lá e descobria alguma coisa. São equipes de pesquisa muito grandes; um grande laboratório farmacêutico na Alemanha tem uma equipe de onze mil pesquisadores. A Embraer tem 2.500 engenheiros aeronáuticos. Não é pouca coisa; e é um número pequeno, relativamente a outras grandes entidades – não sei quantos tem a Boeing. São equipes voltadas para a pesquisa, com equipamentos extraordinariamente sofisticados de todo tipo, no esforço permanente de desenvolver inovações tecnológicas que reduzam o custo de produção ou criem produtos novos. No caso da pesquisa farmacêutica, prevalece o esforço de criar moléculas novas. Não sei quanto custa hoje, mas custava algo como 100 milhões de dólares criar uma molécula. Então, são esforços gigantescos de pesquisa nas diversas áreas, com características diferentes, mas basicamente para criar métodos de produção que reduzam o custo ou criem produtos novos. Em geral, em certas áreas, o produto novo é um produto antigo que se sofisticou, se aperfeiçoou. Não é totalmente novo. É o caso do celular que usamos hoje. Ele parte do telefone, parte de todo o conhecimento de transmissão, de todo um conhecimento que vai se acumulando e permite o lançamento do produto novo que, muito antes de surgir na área civil, surge na área militar.

É na área militar que surgem a informática, a biotecnologia e até a psicologia, como método de interrogação de prisioneiros durante a Segunda Guerra Mundial. Enfim, é na pesquisa militar que está a vanguarda: 75% da pesquisa do Massachusetts Institute of Technology, o MIT, é financiada pelo Departamento de Defesa americano. É a chamada pesquisa livre, pesquisa científica e tecnológica virgem. Mandam dinheiro para as pessoas investigarem equações matemáticas, coisas

aparentemente desvinculadas do processo produtivo. Aparentemente. Mas não são. Pelo contrário, são a base do conhecimento da natureza. Essa aceleração do progresso na área civil vai transformando a organização da produção. Todo o processo de informatização, robotização, todos esses sistemas *just in time*, tudo isso é altamente vinculado à informática. É o que se chama de telemática – telecomunicações com informática. E na área militar, isso também afeta profundamente os métodos de guerrear, de fazer a guerra.

No Iraque, por exemplo, vimos os aviões sem piloto, cada um custando cerca de cinco milhões de dólares. Eles eram controlados de uma base no Texas. Decolavam lá no Iraque e o piloto estava no Texas. Eventualmente, essas novidades um dia se incorporam ao sistema civil. Isso ocorre em todas as áreas de pesquisa, como por exemplo, a metalurgia dos foguetes. É um processo extremamente forte que tem a sua contraparte no esforço crescente de restrição à difusão de tecnologia – ou seja, impedir que ela se difunda. Há cursos nos Estados Unidos que são proibidos para estrangeiros. Há cursos científicos nas grandes universidades a que estrangeiro não pode assistir, dado o nível, o grau do conhecimento. Não é curso de fazer arma. É curso de matemática avançada. Proibido por motivos de segurança nacional. Há toda a legislação de propriedade intelectual, que quem trabalha na área da medicina sabe como é, e que representa o esforço de restringir a difusão de tecnologia em todas as áreas, seja na área nuclear ou na dos grandes computadores. Não estou falando desses micros que usamos. São grandes computadores, gigantescos computadores, com uma capacidade de processamento extraordinária. São os computadores que controlam, por exemplo, o astronauta Marcos Pontes. Controlam todo o lançamento do foguete, toda a trajetória do foguete, e tudo isso exige um nível de sofisticação tecnológica extraordinária. Se os senhores tentarem soltar um foguete do fundo do quintal e fizerem com que ele chegue a algum lugar, terão uma idéia do que isso significa. É extraordinariamente sofisticado. E na área da biotecnologia, estamos atuando sobre a natureza, quer dizer, transformando a natureza e o ser humano. Isso terá conseqüências imprevisíveis no momento. Ninguém sabe ainda os efeitos sobre a natureza dos cruzamentos genéticos, das experiências transgênicas. Ninguém sabe como a natureza vai reagir a isso daqui a 10, 30 anos. A meta, naturalmente, da ciência da biotecnologia é a imortalidade. Essa é a meta. Pesquisas de células-tronco visam a imortalidade, o supremo desejo do homem. Não sei se todos tiveram oportunidade de ler *As viagens de Gulliver*. Existe uma ilha em que algumas pessoas são

imortais. Elas são desprezadas pelos mortais, porque seus defeitos vão se acentuando com a idade e elas vão sendo discriminadas: ninguém quer falar com os imortais. Mas se a imortalidade for acompanhada da eterna juventude, aí já é melhor. Talvez seja para a próxima geração, porque na nossa o desgaste já ocorreu...

Há vários outros fenômenos, mas vou me restringir a dois ou três centrais. Um é o processo de reorganização territorial. De um lado, tivemos o grande fenômeno de desintegração territorial, que foi a União Soviética, e também outros, menores, como a Iugoslávia – além de tendências à desintegração em vários outros países. De outro lado, tivemos fenômenos de integração como o da Alemanha. A Alemanha, ao se reintegrar, tornou-se o país mais poderoso da Europa. Foi também o caso do Vietnã, é o eventual caso da Coreia, de Taiwan, e assim por diante. Mas o grande fenômeno de integração é o da União Européia. Ali existe nitidamente um novo Estado. Quem alega que o projeto de uma Constituição européia foi rejeitado na França e na Holanda não tem notícias de que já foi aprovado em 15 outros países. Portanto, por ora está 15 a dois: a perspectiva é muito maior de aprovação do que desaprovação. Ou seja, ali há um Estado, basta a mencionar a moeda única, característica de um Estado. Nos Estados Unidos da América há a formação não de um novo Estado, mas de um Estado central com duas áreas periféricas, o Canadá e o México, além da América Central, com os novos acordos que foram celebrados. Na realidade, não é como a Europa. É uma área central mas com extensões econômicas no Canadá e no México.

O terceiro fenômeno, que é o mais importante, é o da concentração de poder no sistema internacional. No centro do sistema, alguns poucos países concentram cerca de 80% do PIB mundial, concentram muito mais de 80% da força militar. Os Estados Unidos têm uma capacidade, uma força militar, equivalente à dos 10 países seguintes somados. Depois há também o fenômeno da questão tecnológica. Metade das patentes registradas por ano no mundo o é por empresas americanas. Metade: 45.000 aproximadamente.

Além disso, os Estados Unidos, sendo um sistema, têm um controle político de grande alcance, com participação no Conselho de Segurança das Nações Unidas, com a propriedade das grandes e médias empresas e o controle muito grande da economia mundial. E controlam os organismos mundiais como o Fundo Monetário, a Organização Mundial do Comércio e outros organismos preponderantes. Ora, a população desse centro não só é bem menor que a do resto

do mundo, como está dividida. A população da Alemanha projetada para daqui a 20 anos é menor que a de hoje, o que é contrabalançado um pouco pela imigração. Mas a imigração cria outro tipo de problema como vimos agora na França. Há fenômeno internacional, problemático, de migrações.

O fato é que esse centro do sistema concentra o poder econômico; a maior parte do comércio internacional é controlada por esses países, assim como a maior parte das empresas multinacionais e assim por diante. Ao mesmo tempo eles têm uma população cada vez menor, o que leva a uma renda *per capita* cada vez maior, uma prosperidade cada vez maior, enquanto que na periferia ocorre o contrário. A população cresce hoje a taxas menores, mas ainda a taxas significativamente maiores que no centro.

O que acontece é meio paradoxal. Apesar de concentrarem tanto poder, os países do centro dependem extraordinariamente da periferia. Até mesmo, para dar um exemplo básico, em termos de energia. A dependência do centro do sistema não é só do ponto de vista de insumos produtivos, como também de mercados. O sujeito faz um jeans no Ceará, vende lá. Se não houvesse a periferia, o centro teria que produzir lá, o que custaria muito mais. As taxas de lucro na periferia, para qualquer tipo de atividade, são muito maiores do que no centro. Daí a importância da possibilidade de aplicar capital na periferia. A recuperação do capital é muito mais rápida, por todas as razões.

Uma outra tendência interessante do sistema internacional é que houve, na minha opinião, uma mudança de filosofia de abordagem em relação à periferia. Havia a idéia de que o centro desenvolvido poderia recuperar, desenvolver a periferia. Essa idéia foi para o ralo, tanto é que os valores destinados à assistência ao desenvolvimento caíram muito em todos os países. Hoje, a idéia é outra: nós estamos aqui numa espécie de fortaleza e quem não se comportar lá fora, nós vamos lá e atiramos no alvo. Atiramos e depois deixamos o país semidestruído. E voltamos para casa. Como em breve farão num país do Oriente Próximo. Vão voltar para casa e deixar o país destruído. Foram jogadas mais bombas no Iraque do que durante a Segunda Guerra Mundial.

Então, o que é que acontece? Esse sistema com micro-Estados, macro-Estados, grandes Estados, essas tendências de ligar Estados através de uma rede de acordos – acordos multilaterais, do tipo da Organização Mundial do Comércio, Carta das Nações Unidas, acordos militares, acordos regionais (OTAN-Organização do

Tratado do Atlântico Norte, NAFTA-*North American Free Trade Agreement*) – acordos políticos, econômicos, militares –, fazem com que dentro daquele território a norma internacional seja aplicada. É necessário, para o centro, ter um sistema de acordos que imponha normas ao maior número possível de territórios. Essa rede de acordos é de natureza jurídica, são instrumentos jurídicos.

Depois, temos uma rede de empresas multinacionais. Há empresas que atuam nos mais diferentes territórios e se coordenam centralmente, a menos que se tenha a ilusão de que um simples gerente, chamado de presidente de uma empresa multinacional no Brasil, tenha independência. Ele obedece a ordens da matriz. É um executivo. Obedece a uma estratégia central da sua empresa. São centenas, milhares hoje em dia, que atuam em diversos países, que coordenam suas atividades, influem sobre o processo legal de cada país através dos *lobbies*, para fazer com que adotem normas que interessem a elas.

Depois, temos uma rede de bases militares. São 735 bases militares dos Estados Unidos, no exterior, e cerca de setecentas no interior. Não é pouca coisa. Isso, só de bases terrestres, porque as marítimas, que são as grandes esquadras, deslocam-se com armas nucleares, submarinos nucleares, pelos oceanos. Tudo isso existe mas nós não acreditamos, não vemos. Assim como nós também não vemos as bactérias, e talvez pudéssemos não acreditar nas bactérias, na sua ação letal.

Depois, existe uma rede de informações, naturalmente, constituída pelos satélites de informação, os grandes centros de recepção de informações que controlam todos os *e-mails*. Todos, inclusive os telefones. Eu não estou exagerando, há estudos do Parlamento Europeu sobre isso. Não é uma novidade, existe. É desagradável saber que você está passando um *e-mail* que está sendo monitorado. Claro que por sistemas muito sofisticados de computadores. Para fazer a triagem das informações eles recorrem a palavras-chave. Se você se chamar Achmed, a probabilidade de seus *e-mails* serem acompanhados é maior. Se você se chama Manoel, talvez menos. São muitas agências de informações, dezenas de agências que operam na busca da informação, inclusive econômica. Só americanas, são mais de 30 agências. A CIA é apenas uma delas, embora seja a mais sofisticada. Isso tudo está devidamente interligado. Essas coisas existem e estão documentadas.

Esse sistema internacional leva à concentração crescente de poder de todo tipo. A diferença da renda *per capita* brasileira em relação à renda *per capita* americana era muito menor em 1950 do que é hoje, em termos absolutos. Pelo cálculo que eu

fiz era de cerca de seis vezes e hoje é de cerca de 12 vezes. Depende do método, da fonte, mas aumentou e continua a aumentar. Existe um processo de concentração de renda entre os países e dentro dos países. Dentro dos próprios Estados Unidos há uma situação de concentração de renda hoje em dia maior do que era há 20 anos. É um processo de 20 vinte anos.

Hoje, não há a menor dúvida, todo mundo reconhece isso. Até o Banco Mundial reconhece. Isso leva a um mundo cuja característica principal é a emergência de grandes blocos, grandes pólos de poder – os Estados Unidos, a União Européia, a China, países como a Índia, que não será absorvida por ninguém. Mas ontem, no jornal *Herald Tribune*, já havia a notícia de proposta japonesa de criar uma área de integração econômica da Ásia. Provavelmente é o que irá acontecer. Não amanhã, nem depois, pode levar uns 50 anos, quando se esquecerem da Segunda Guerra Mundial, dos massacres em Nanquim será natural que a China e o Japão se associem, talvez até num esquema mais amplo, numa área de integração econômica. Naturalmente, a Rússia é inassimilável pelo tamanho, pela população e, portanto, deverá ficar à margem desse processo. A África é um continente com grandes dificuldades, grandes desafios, grande complexidade. E América do Sul é onde nós temos a chance de construir um pequeno pólo. Porque há uma chance, uma possibilidade.

Este é um mundo de grande arbítrio, grande violência, unilateralismo, tendências hegemônicas, teorias de guerra preventiva: atacar porque há uma suspeita de que no futuro o outro pode nos atacar. Isso é extremamente perigoso para o Brasil. Se tivéssemos 10 milhões de habitantes, não haveria nenhum problema, pois o país não teria jeito mesmo, coitado. Mas temos 190, indo para 200 e poucos, chegaremos a 300 e espero que cheguemos a 400 milhões de habitantes. É claro que espero. Nesse mundo de países de um bilhão de habitantes, quem tiver menos que 400 milhões começa mal, começa com o mercado interno potencialmente menor. Nós conseguimos triunfar diante do prof. Roberto Campos. Ele queria que o Brasil fosse pequeno. Nós não queremos que o Brasil seja pequeno. Nós não queremos e nem adianta querer, porque não será. Não será porque já é grande. Não vai perder território, a população tenderá a crescer e vai para 200 milhões de habitantes, com a nossa ajuda, naturalmente. Se não formos egoístas.

Enfim, este é um mundo muito complicado, com essas tendências, essas características. E o Brasil como vai? Para saber como o Brasil está indo, cada um tem

a sua visão, e eu tenho a minha. A meu ver, temos três características importantes. A primeira é a extraordinária disparidade: a grande característica brasileira não é a pobreza, é a disparidade, é a extraordinária riqueza de um grupo mínimo de pessoas e, de outro lado, a enorme pobreza de uma massa gigantesca, 30 milhões, 40 milhões. Os números variam, mas se contam por dezenas de milhões. E no outro extremo são milhares. Existe um estudo sobre a posse dos ativos: a posse de títulos é um número muito pequeno de famílias que controla; que sejam 20 mil famílias, ou, digamos, 100 mil pessoas se forem famílias de cinco pessoas. O nível de concentração de riqueza é extraordinário.

Tenho um colega economista, que gosta de cavalos, tem um haras. Outro dia ele transportou um cavalo e o animal morreu no avião, uma tristeza, ele ficou profundamente compungido com essa perda familiar. Perdeu um cavalo de 500 mil dólares. Como se dizia na peça... de Shakespeare... mas Brutus é um homem honesto. É extraordinário, como é que se passa de um salário universitário para várias dezenas de milhões de dólares, sem nenhum esforço, é extraordinário. Segundo alguns estudiosos, a diferença dos salários no Brasil é de 20 vezes, mas a disparidade de riqueza não é de 20 vezes, é muito maior, é de milhões de vezes, milhões mesmo, ou quase milhões. Se um sujeito ganha dois dólares por dia, outro pode ter uma renda, digamos, de 30 milhões a partir da sua riqueza, porque esses estudos de concentração de rendas muitas vezes são limitados às diferenças salariais. E aí está a distorção, já que a fonte de renda das pessoas não é só salário, obviamente. Pelo contrário, salário, em geral, é a parte menor.

De toda forma, as disparidades são de renda, de riqueza, regionais, entre a cidade e o campo – ainda que aí varie, porque tem o campo rico também –; as disparidades são dentro da cidade, entre as periferias e os bairros mais ricos, diferenças espaciais. E há as diferenças de origem étnica, muito sérias. E as diferenças de gênero. Os homens não acreditam na discriminação de gênero, sofrida pelas senhoras aqui presentes. Não acreditam porque são os beneficiários dela. Enfim, essas disparidades todas dificultam até mesmo a expansão do mercado interno. Dificultam, portanto, a base operacional segura das empresas. Vejam a questão do embargo à carne brasileira pela Rússia. A empresa que se dedicasse a exportar só para a Rússia, de repente se depara com um embargo por uma autoridade soberana estrangeira e fica no prejuízo. Ter um mercado interno é muito mais importante do que a abertura comercial.

O país que tem um alto grau de abertura é mais vulnerável às forças internacionais. Qualquer medida externa abala profundamente o funcionamento da sua economia. Não é que deva ser fechado, autárquico, nada disso. É ter um mercado interno forte, dinâmico, para garantir a base de operação das unidades produtivas de toda ordem que permita, inclusive, a introdução de inovações tecnológicas. A segunda característica são as vulnerabilidades externas, crônicas. Começam com a Independência. O Brasil, para se tornar independente, assumiu a dívida de Portugal junto à Inglaterra, contraída para combater a independência do Brasil. É interessante o fenômeno. Começaram aí as chamadas “perdas internacionais” do companheiro Brizola. Começaram e foram indo. E o estágio, hoje temporário, de menor vulnerabilidade, não é tão seguro assim. Podem haver mudanças internacionais que alterem essa situação externa. A pauta exportadora brasileira é frágil, tem se reconcentrado em produtos primários – diversificou e concentrou de novo. É a vulnerabilidade militar, tecnológica e política. E ideológica. Basta um economista estrangeiro dizer que o Brasil vai bem para dar uma alegria gigantesca. Se disser que vai tudo mal dá uma tristeza, gritos de horror. Fulano de Tal acha que o Brasil vai mal e Fulano é francês, logo é isso mesmo, vai mal. Isso é vulnerabilidade ideológica. Temos artigos desses estrangeiros escrevendo toda semana nos jornais brasileiros. Temos tradução de jornais estrangeiros nos jornais brasileiros. Isso é vulnerabilidade ideológica. Ideológica não no sentido da ideologia política, mas das idéias. Existe uma hegemonia cultural estrangeira extraordinária no país. Não vou entrar nisso porque não dá tempo, mas essa questão da formação do imaginário é um dos meus temas prediletos.

E em último lugar, a questão do potencial brasileiro. Aí, digamos, a área é positiva. O Brasil tem um potencial extraordinário. Gosto de citar o seguinte exemplo: se fizermos uma lista dos 10 maiores países do mundo em território, outra lista dos 10 maiores em população e mais outra dos 10 maiores PIBs do mundo, só três países estão nas três listas simultaneamente: os Estados Unidos, a China e o Brasil. Os outros, por uma razão ou por outra, não constam. O que significa terem maior vulnerabilidade. Temos um território grande e que, inclusive, não está explorado totalmente – do território brasileiro só se conhecem cerca de 10, 15%, mapeados de fato. Por isso é que, um belo dia, abre-se o jornal e lê-se que se descobriu uma nova reserva de alguma coisa. Não se sabe se as reservas de diamante de Rondônia valem cinco ou cinquenta bilhões de dólares. Não se tem nem a cubagem das reservas. Então, as dimensões dos recursos naturais são muito importantes. Sem falar de outras coisas como a biodiversidade, a água.

Depois tem o potencial da população. Não temos “populações”, não há conflitos étnicos abertos, não temos multiplicidade de idiomas. Na África do Sul existem 11 idiomas oficiais pela Constituição. Isso gera uma complexidade política, cultural, educacional, extraordinária. A Índia tinha, da última vez que vi, 961 dialetos; não é pouco, é uma coisa complexa. Há também os conflitos religiosos. A Índia é a segunda nação muçulmana do mundo. Eles têm um sistema de castas dentro da população, algo da maior complexidade que dificulta o sistema político e o sistema econômico. O Brasil não tem nada disso, não tem populações estrangeiras no seu território que sejam inassimiláveis ou queiram se libertar, ser autônomas, como ocorre na Espanha, por exemplo. E não temos discriminação, ou melhor, há uma discriminação racial extremamente importante, mas não há conflito racial, que é algo diferente pela sua violência. E, finalmente, conseguimos construir uma estrutura econômica – industrial, de serviços, na agricultura – bastante avançada, bastante razoável, em termos de periferia. O que atesta a capacidade do povo brasileiro em geral de construir uma estrutura econômica significativa. O Brasil é o maior exportador de aviões médios e pequenos do mundo. Não é pouca coisa. Pode parecer simples, mas não é. Tanto é que poucos países fazem. Mencionem-se, também, a indústria siderúrgica e a automobilística. Assim, temos índices muito elevados de modernização tecnológica, ainda que relativa. Não estamos na fronteira porque não temos um significativo processo autônomo de geração de tecnologia. É algo sempre um pouquinho atrás.

Então, os nossos desafios internos devem corresponder à nossa inserção internacional. Trata-se, em primeiro lugar, de reduzir as disparidades, gradualmente. Ninguém vai reduzir as disparidades do dia para a noite. Quem achar que vai, está enganado. É sempre um processo gradual, que pode ser mais rápido ou mais lento. É preciso que todos os setores discriminados sintam que a sua situação está melhorando. Se não sentirem, as tensões sociais se agravam. Agora, se sentirem que está melhorando, as tensões sociais se reduzem e criam condições mais favoráveis para o desenvolvimento político, econômico e social.

Em segundo lugar, eliminar as vulnerabilidades externas. Em terceiro lugar, construir potencial, construir a infra-estrutura. Para começar, integrar o que chamam de cadeia produtiva, integrar os diversos setores de produção, completar os elos que faltam. E, naturalmente, dentro de um sistema democrático, transformando a plutocracia em que vivemos – a plutocracia é o governo dos ricos –

em verdadeiro sistema democrático, em que a participação das pessoas se verifique efetivamente no processo de escolha dos candidatos. A população brasileira não participa do processo de escolha dos candidatos. Ela vota em candidatos, mas não escolhe candidatos. É um sistema em que grupos escolhem os candidatos. Que a população participe do processo e não seja apenas chamada a cada quatro anos para apertar um botão e depois ir embora. É preciso incorporar essa massa de 50 milhões que está fora do sistema político.

Como enfrentar esses desafios? Como a política externa – através da qual se verifica a inserção internacional do Brasil – pode contribuir para enfrentar esses desafios e construir um mundo multipolar? Um mundo menos violento e regido pelas normas do direito, de respeito às normas de não-intervenção, da autodeterminação, da solução pacífica de controvérsias, normas que estão na Constituição brasileira, na Carta das Nações Unidas, e são as normas mais favoráveis a um país com as características do Brasil?

Nós temos três tarefas no âmbito da política externa, da inserção internacional. Primeiro, devemos reagir às iniciativas dos outros países. O que significa reagir? Quem comanda a agenda internacional não é o Brasil, óbvio, nem a França, nem a Alemanha. Quem comanda a agenda internacional são os Estados Unidos da América. Vamos deixar isso claro, sem alimentar ilusões. Os Estados Unidos da América dizem o seguinte: a Coreia do Norte é um problema para a humanidade. Então os jornais começam o rufar dos tambores, e tem início aquela onda. De repente, não é mais a Coreia do Norte, como os senhores devem ter observado nas últimas semanas. Agora é o Irã. Então, o Brasil é chamado a responder, porque os outros países, tanto o Irã como os Estados Unidos, como outros países aliados dos Estados Unidos, vêm ao Brasil e nos cobram posições. Vai haver uma votação na Agência Internacional de Energia Atômica para saber se o Irã cumpre ou não com os compromissos dele, se a questão segue para o Conselho de Segurança, se o Conselho de Segurança pode aplicar sanções, se essas sanções são econômicas. Então, somos obrigados a reagir, ter uma posição de acordo com os nossos interesses e de acordo com os interesses daqueles que estão lá em cima. Ou, na área econômica, surgem as questões relativas a subsídios, às propostas européias, americanas: você é contra? é a favor? aceita a proposta, apresenta uma proposta alternativa? Você tem que reagir.

Digo isso porque há que afirmar: primeiro vamos fazer o desenvolvimento do Brasil e depois vamos participar da política internacional, desenvolver para depois

participar, primeiro ser poderosos para depois ser candidato ao Conselho de Segurança, e assim por diante. Não existe isso. É semelhante ao “vamos primeiro crescer para depois distribuir”. Essas questões pressionam, vêm até nós, até o governo brasileiro, vêm até os jornais brasileiros. Hoje vivemos, por exemplo, um processo progressivo de demonização da Venezuela. É uma teoria muito interessante: o fato de ser eleito democraticamente não significa ser democrata... É que o populismo é considerado uma coisa tão grave quanto o terrorismo. Isso eu ouvi da boca do ex-primeiro-ministro Aznar, graças à CBN-Notícias que o entrevistou e ele disse que o populismo era uma ameaça tão grande quanto o terrorismo. O que é o populismo? Ouvir o povo, ter contato com o povo? Ir a um comício? Isso é populismo? Ter programas sociais é populismo? É meio vago. O Brasil tem que se posicionar nesse processo para que a sua inserção internacional mude.

Segundo, temos que fazer com que as regras internacionais sejam favoráveis ao nosso processo de desenvolvimento. Regras que pelo menos não sejam constringedoras. As regras internacionais tendem a restringir a capacidade de ação do Estado. O Estado não pode quebrar as patentes, por exemplo. Isto é uma regra internacional que dificulta toda a política de saúde. Então, que regra queremos nesse caso? Temos que lutar por um tipo de regra que favoreça enfrentar o desafio das doenças, da saúde pública no Brasil. É isso que nós queremos. Depois, temos que reagir. E depois, ter iniciativas. Quais? O Presidente da República, inclusive no seu discurso de posse, definiu claramente as prioridades. E a prioridade é a América do Sul. Não é a América Latina, é a América do Sul. Com toda a clareza, não tem erro. América do Sul é uma coisa, são os nossos vizinhos, América Latina é outra. O Brasil tem hoje laços com os vizinhos de tal natureza que vocês, talvez, nem têm idéia. Há dois meses, a maior empresa da Argentina foi comprada pela Camargo Correia. A terceira maior empresa da Argentina é a Petrobras; 25% da energia elétrica consumida no Brasil vem de Itaipu; moram no Paraguai 480 mil brasileiros, que produzem 40% do PIB paraguaio; mora na Bolívia um número muito grande de fazendeiros responsáveis pela produção de soja; o gasoduto da Bolívia, construído pela Petrobras, que é a maior empresa da Bolívia, é responsável por 20% do PIB boliviano. E assim por diante.

Decorre daí que os nossos laços com os vizinhos, o bem-estar e o desenvolvimento econômico, social e político desses vizinhos são extremamente importante para nós, por motivos puramente egoístas. Se um remoto país na Ásia de

repente desaparecer, vítima de um tsunami, aqui não acontece nada. Mas se um país vizinho do Brasil entrar num processo de dificuldades econômicas, políticas, sociais, isso transborda, não só afeta nossos interesses, como afeta as nossas fronteiras. Então, temos que contribuir para o processo de integração da América do Sul, a começar pela integração física, porque a América do Sul é um continente desintegrado fisicamente. Basta observar um mapa de transportes. Entre o Brasil e o Paraguai existe uma ponte, há muitos anos. Entre o Acre e o Peru não havia uma ponte. Foi construída agora. Quando se observa o mapa da América do Sul, vemos que são núcleos econômicos não interligados. Vocês já tentaram ir a Caracas de avião? Já se deram conta do tempo que leva? Ou a Quito? É um tempo enorme; tem de se ir ao Panamá, e lá pegar outro avião. A própria integração aérea das linhas é muito precária. Ferrovias, nem pensar. A integração física é do nosso interesse. Tem havido um movimento das empresas brasileiras para vários desses países onde elas são muito importantes. Mas é preciso agir com enorme delicadeza, porque o Brasil não pode assumir uma atitude hegemônica.

Segunda prioridade, a África. Por que a África? Porque a África tem 53 Estados. Dos 192 Estados das Nações Unidas, 53 são da África, mais ou menos um pouco mais de um quarto. Qualquer votação nas Nações Unidas, em organismos internacionais, onde muitas vezes essas normas são decididas, sofre a influência desses países. O apoio ao Brasil e às empresas brasileiras é extremamente importante. Por outro lado, temos uma dívida histórica com os povos africanos. Quem construiu toda a economia da Colônia, do Império, foram os povos africanos trazidos para cá à força. Ninguém veio voluntariamente. Vamos deixar isso bem claro. Portanto, é uma dívida histórica e social que temos com a África. Existem semelhanças entre nossas dificuldades sociais e econômicas. Por exemplo, a Aids tem efeitos devastadores na África, e o Brasil conseguiu, mal ou bem, desenvolver métodos de tratamento. Ocorrem semelhanças também na educação, na agricultura. Eles não vêem o Brasil como uma ex-potência imperialista, colonialista. Há na África uma enorme simpatia pelo Brasil. Além do que, esses países significam mercados importantes para produtos brasileiros. Recentemente as exportações aumentaram muito, inclusive na esteira dos investimentos em obras que lá se fazem por empresas brasileiras e que correspondem à exportação de serviços.

E, finalmente, as relações com os grandes Estados da periferia. Daí as iniciativas junto à Índia, à África do Sul, à China. Eu disse reagir, ter iniciativa e final-

mente transformar. Transformar as nossas relações tradicionais, que são as que temos com os Estados Unidos e com a Europa. Essas são as relações tradicionais brasileiras. O país mais importante para a política internacional do Brasil são os Estados Unidos. Não há a menor dúvida sobre isso. Não só por ser a maior nação do mundo, mas também porque são 20% de nossas exportações, 20% da origem das nossas importações, origem de grande parte da tecnologia. Devemos transformar essas relações de tal forma que elas sejam de respeito mútuo. Eles respeitam as nossas posições, a nossa política, de tal forma que podemos ter divergências com eles. E as temos. A posição do Brasil no caso do Irã não é igual à dos Estados Unidos. A posição do Brasil na OMC não é igual à dos Estados Unidos. Nem nas Nações Unidas de forma geral. E assim, muitas vezes o Brasil até lidera ou participa da liderança de grupos que têm posições contrárias. A mesma coisa acontece com a Europa. Creio que é possível enquadrar cada caso dentro dessa orientação geral. Muito obrigado a todos pela atenção.

JOSÉ LUÍS FIORI. Gostaria, Samuel, de levantar uma questão que é, nesse momento, a condução do Itamaraty na questão sul-americana. Tentarei dizer na minha apresentação que essa expansão aceleradíssima da Ásia vem tendo um impacto às vezes contraditório pela via do comércio, da moeda. Fica um pouco a impressão de que essa demanda dos últimos dois anos acabou impactando nas economias latino-americanas, em todas, de maneira muito positiva. Todas estão superavitárias. Outro dia eu estava vendo os dados e até o Peru, cuja taxa de crescimento do PIB é maior do que a taxa de apoio da população ao presidente, também tem superávit comercial. A taxa de crescimento do comércio que tivemos – esse sucesso! – foi a que todos tiveram e todos têm a mesma raiz. Por outro lado, esse sucesso do lado comercial me parece que pode estar impactando de maneira desaceleradora ou desativadora na iniciativa política do Mercosul, no sentido de que nesses dois últimos anos, ou no último ano em particular, o comércio intra-regional diminuiu sensivelmente. O Brasil aponta para, talvez em 2015, ser o maior exportador de alimentos do mundo. Mas a capacidade de integração e complementação com países que também são exportadores do mesmo produto para os mesmos países, os mesmo mercados, se complica, o que é um problema clássico. O Brasil nesse momento nem tem o crescimento industrial tão grande, nem tem o crescimento da renda interna tão grande que lhe permita ser o pivô da região, ao estilo chinês, ou em algum estilo mais moderado que o chinês, mas enfim, nessa direção. Somos

um país cuja capacidade de consumir não tem aquele aspecto “baleia”, não tem uma capacidade de puxar como a China. Nesse sentido, pode-se estar assistindo a uma mudança, como você mencionou, na direção de um novo tipo de modelo exportador, puxado pela Ásia, e isso poderá ter um efeito prejudicial do ponto de vista dos objetivos mais políticos, de integração. Como é que você vê isso?

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. A questão da América do Sul é hoje muito complexa. Acho que a primeira premissa é que existem não 12 países, mas 13. Há um 13º país na América do Sul, que é o mais influente de todos, os Estados Unidos. Nenhum país sul-americano tem tanta influência no Brasil quanto os Estados Unidos. Nenhum país sul-americano tem tanta influência no Equador quanto os Estados Unidos. É um país de enorme influência, apesar de não estar presente fisicamente na região. Portanto, é necessário ter isso como uma premissa. Os Estados Unidos vêem tradicionalmente a região como uma área de influência natural, onde poderiam formar – desde o século XIX – uma união aduaneira de todo o continente.

O que há hoje em dia é uma campanha contra o Mercosul. No entanto, este ano o Mercosul atingiu os níveis históricos melhores de comércio. Claro que, naturalmente, como o Mercosul é um processo, sempre que um país entra em dificuldade, como foi o caso da Argentina, ele se enfraquece. Na realidade, o Mercosul são Brasil e Argentina, que representam 95% de tudo, território, população, PIB, como queiram. Os outros países são de dimensões muito menores.

A extraordinária assimetria entre os seus componentes é um problema grave para o Mercosul. O Uruguai é um país de três milhões de habitantes, ao lado de um país de 185 milhões. O Paraguai deve ter uns oito milhões de habitantes, e está diante de dois países, um maior que o outro: Brasil e Argentina. Na medida em que a Argentina começou a se recuperar, nos últimos três anos, o comércio do Mercosul, isto é, o comércio entre Brasil e Argentina se recuperou. Atingiu, talvez, os maiores níveis históricos esse ano. Nesse processo há uma insatisfação enorme do Uruguai e do Paraguai com o Mercosul. Isso é um fato real porque eles não se beneficiaram dessa expansão do comércio, pela própria estrutura das suas economias, menos diversificadas. Têm produtos, como você disse, que competem com a produção da Argentina – caso do Uruguai. E pelos enormes obstáculos burocráticos, da burocracia brasileira, para importar qualquer coisa do Uruguai, do Paraguai. As dificuldades são muito grandes.

Há no Mercosul uma idéia nova, não reconhecida durante todo o período anterior, que é a de aceitar as suas assimetrias internas. Hoje se aceita fortemente a idéia básica de tomar medidas nesse sentido, como tratar assimetricamente o Paraguai e o Uruguai. É uma mudança lenta de concepção, mas existe o propósito de passar de um regime de livre-comércio, com mecanismos capazes de resolver tudo, para um sistema mais administrado. Foi aprovada recentemente uma medida, chamada Cláusula de Adaptação, que visa administrar um pouco o comércio, evitar deslocamentos, ondas súbitas de exportações dentro da zona de livre-comércio. Qual é o problema hoje em dia? A Argentina quer recuperar a sua indústria, reorganizá-la; dois Estados menores estão muito insatisfeitos e com dificuldades enormes – o Uruguai, por exemplo, tem uma dívida externa do tamanho do PIB. É extraordinário que todos esses Estados, apesar dos bons resultados comerciais, não consigam levantar dinheiro em organismos internacionais, não tenham crédito. O Peru não tem crédito. O Chile é um caso diferente. O Chile é uma ilha. Uma ilha européia na América do Sul, com uma concepção própria, mas muito européia. Depois temos a situação extremamente complexa da Colômbia. E temos a situação dos países que celebraram com os Estados Unidos os acordos andinos contra a droga há cinco anos: Colômbia, Peru, Equador e Bolívia. Assinaram o acordo pelo qual tinham acesso livre para seus produtos, com redução de tarifas unilateral dos Estados Unidos, o que gerou nesses países setores interessados nesse comércio. Daí porque Colômbia, Peru e Equador terem corrido para assinar o acordo de livre-comércio com os Estados Unidos. Trata-se de uma situação nova, na medida em que a Colômbia tem livre-comércio com os Estados Unidos. A comunidade andina, que é uma área preferencial, acabou.

Não sabemos o que vai ocorrer daqui a cinco, 10 anos com a economia desses países. Provavelmente aumentou o grau de concentração de riqueza e de apropriação da renda por pequenos grupos. É o caso do Peru, que tem altas taxas de crescimento, como você mencionou, e o presidente tem baixíssima taxa de popularidade. É difícil compreender, pois ele deveria ter apoio de pelo menos 20%. Temos o caso da Venezuela e, agora, o movimento indigenista crescente. Temos o primeiro presidente índio da América do Sul, na Bolívia, com a possibilidade de surgir outro no Peru; não sei do Equador ainda, mas poderá haver outro. E aí é uma situação politicamente muito nova. O fato é que nossos interesses nesses vizinhos são muito grandes e crescentes. É também um fato que nós vamos encon-

trar nesses países a competição dos interesses de terceiras potências. Então, nós não temos como não começar por essa área.

É claro que a China é um fator novo, com uma demanda enorme por alimentos, produtos primários, matérias-primas, que leva a resultados melhores, mas há uma grande insatisfação popular. O próprio Evo Morales ganhou com maioria absoluta, tem maioria da Câmara, está com 80% de aprovação – estive lá na semana passada –, é um fato novo. Agora nós temos os interesses da Petrobras na Bolívia. Nem tudo dá certo como se espera, mas também ninguém esperava que de repente fossem ocorrer reações. Reações de interesse de cada país, insinuações de imperialismo brasileiro, ou neo-imperialismo. Não sei se respondi, acho que, pelo menos, coloquei mais dificuldades no debate.

JOSÉ CARLOS BRAGA. Fiquei com uma curiosidade, Samuel, de ouvi-lo um pouco sobre os possíveis progressos na integração com a União Européia. Que talvez tenha uma importância para essa triangulação dos Estados Unidos.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Estamos em um processo de negociação com a União Européia que é um acordo de livre-comércio, mas bastante diferente do acordo que tinha sido negociado com a ALCA [Área de Livre Comércio das Américas]. O acordo da ALCA é baseado na OMC, são as regras da OMC, mais rigorosas, digamos assim, no mau sentido, mais prejudiciais. Não é o caso do acordo com a União Européia, que possui outras características. É uma negociação difícil. Vou explicar um pouco para que aqueles que não acompanham tão de perto possam ter uma idéia melhor. De um lado, a tarifa média da Europa é baixa, 3, 4, 5%, talvez menos. A nossa tarifa média hoje em dia, aplicada, é cerca de 11,5 a 12%, por aí. Eles têm um interesse muito grande em que se reduzam essas tarifas. De outro lado, temos grande interesse em que eles reduzam seus subsídios, em três modalidades de políticas agrícolas. É difícil o acesso ao mercado deles, que praticam tarifas elevadíssimas; além disso, eles exportam produtos subsidiados para terceiros países competindo conosco. É o caso do frango, do açúcar e outros. E os subsídios internos mantêm a produção, em muitos casos, ineficiente, comparativamente. As ofertas que eles têm feito até o momento são muito acanhadas, algo realmente inaceitável, embora aleguem que estão fazendo ofertas extraordinárias.

Pessoalmente acho que o melhor a se fazer com a União Européia está na área de ciência e tecnologia avançada. Essa área, como a de subsídios ou outras, é

algo que levará muito tempo, a não ser que a gente faça um acordo. Podemos fazê-lo amanhã: assinamos um acordo, desequilibrado, perdemos mas fazemos um acordo. Mas como não vamos fazer isso, ficamos nessa luta de acusações. Os europeus dizem que nós não avançamos, não fazemos as concessões que devíamos fazer, e nós dizemos que eles não fazem as concessões que deveriam fazer para haver um acordo razoavelmente equilibrado. Mas o acordo com a União Européia não teve as características que têm acordos como o celebrado agora pela Colômbia com os Estados Unidos, nem na área de propriedade intelectual, nem na área de compras governamentais, nem de serviços. O que, em termos de concessões, é algo extraordinário é a adoção da posição do outro. A Colômbia, a essa altura, não pode ir à Organização Mundial do Comércio, na minha opinião, reclamar dos subsídios americanos. Ela aceitou importar produtos subsidiados dos Estados Unidos. Portanto, não pode reclamar. Como o México não tem como reclamar. Não tem como, porque aceitou bilateralmente. Mas na área de ciência e tecnologia, ainda inexplorada, acho que há campo para cooperação. Na cooperação com a União Européia pesa muito a área política. Em toda a questão do Iraque, por exemplo, a França, o Brasil e a Alemanha tiveram posições semelhantes. Nós temos hoje uma capacidade de articulação com a França, com a Alemanha, com a Espanha, inclusive com a própria Inglaterra, que não tínhamos no passado.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Samuel, quando nós dois trabalhamos no protocolo Brasil-Argentina, havia alguns projetos que indicavam uma caminhada em direção ao Mercosul. Mais que isso, ao mercado comum sul-americano. Mas a rapidez, a aceleração do processo de constituição do Mercosul, no final dos anos 80, começo dos 90, deixou de lado alguns dos projetos ali contemplados. Por exemplo, o banco do desenvolvimento binacional; a indicação dos caminhos para que nós avançássemos em relação a uma moeda comum; os acordos de cooperação tecnológica. Todos eles foram deixados no caminho, assim como as questões de constituição de uma infra-estrutura latino-americana, que é um velho projeto comum brasileiro-argentino. Eu queria que você falasse um pouco sobre isso, contasse um pouco essa história, que você viveu. Que falasse sobre a gênese desse projeto, sobre o seu crepúsculo.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. O fato é que houve uma mudança, digamos, de política, de orientação filosófica, em relação ao período anterior.

Havia no processo dois sistemas separados, naturalmente, pois são dois Estados separados; e havia a necessidade de que fosse um processo gradual, organizado, entre aspas, não necessariamente com um planejamento rígido, mas capaz de evitar deslocamentos súbitos: promover a integração das economias dos dois países, inclusive na área industrial, mas evitando os desequilíbrios. Todo mundo sabia que poderia haver desequilíbrios, havia temor nesse sentido.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Eu vou contar uma pequena história, muito breve. Nós estávamos lá, num hotel em Buenos Aires, assistindo ao jogo do Brasil com a Irlanda na Copa de 86, quando recebemos a notícia de que o chanceler brasileiro, em manifestação à imprensa, havia declarado que era muito interessante para o Brasil o protocolo porque os argentinos exportariam produtos primários e nós venderíamos produtos industriais para os argentinos. Foi uma crise monumental, tivemos que correr para fazer uma palestra para os empresários argentinos, explicar que houve um equívoco, um engano.

Mas, enfim, a idéia básica que havia ali, a idéia de ter um projeto, como você mencionou, era que tanto o Brasil quanto a Argentina, sozinhos no sistema internacional ou isoladamente, teriam menos força para defender seus interesses. E que, portanto, conviria se fazer a integração das duas economias, duas economias industriais, pois a Argentina não é uma economia apenas agrícola, é industrial também, e importante: a maior parte das exportações argentinas hoje é de produtos industriais. Ela tem um parque industrial de peso, um grupo de cientistas do mais alto nível. São engenheiros, cientistas de todas as áreas, muito sofisticados. E tem um padrão médio da educação da população superior ao brasileiro, de longe. O projeto tinha uma visão, de certo modo, de planejamento, de intervenção do Estado – intervenção do Estado no sentido mais indicativo, planejamento indicativo, estímulo a certas atividades. E equilíbrio entre os dois países.

Isso foi substituído por uma versão neoliberal das relações econômicas entre os dois países. Imaginou-se que, formando-se uma união aduaneira, todos os problemas se resolveriam pelo livre-comércio. O mercado organizaria as duas economias e tudo estaria resolvido, no melhor dos mundos. Na realidade, em minha opinião, retrospectivamente, isso foi uma manobra de política econômica do governo Collor para justificar a abertura, porque ele abriu mais para a Argentina primeiro do que para os outros países do Mercosul, e isso serviu para justificar toda a política de abertura. Ao fazer a Tarifa Externa Comum, e ao incluir o

Uruguai, houve uma tendência a baixar essa tarifa comum. Tanto é que, se observarmos os dados, todos os países envolvidos que tinham déficit com o Brasil e com a Argentina passaram a ter, à medida que a tarifa externa mais baixa foi sendo aplicada, superávit. E a gente não pode esquecer que em 94 baixamos ainda mais a tarifa. A valorização do câmbio é que é uma proeza fantástica.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Você tem vários agravantes, como agora de novo, com o câmbio. Mas foi uma manobra de política econômica em favor da abertura, da abertura unilateral, de constituição de uma tarifa externa comum mais baixa, induzida pelas tarifas mais baixas do Uruguai. Na época, governavam Menem e Collor. O presidente Collor, que era profundo conhecedor dos temas da economia internacional e do comércio internacional, teve a idéia de fazer isso. Acordou de manhã e teve essa idéia.

Essa idéia não foi do Itamaraty, foi do Collor. Naturalmente, como tantas outras idéias, ele recebeu essa de terceiros. Talvez de um dos seus amigos, algum gênio da estratégia em política econômica. De toda forma, houve uma mudança de concepção que se aplicou ao Brasil e também às relações com a Argentina e, portanto, à constituição do Mercosul. E hoje está havendo um processo de recuperação, porque um ministro, antigo companheiro seu – o ministro argentino que, na época, havia negociado com o Belluzzo –, voltou a ser ministro da Economia, e naturalmente sempre se volta com as mesmas idéias. Ele voltou com as mesmas idéias de reindustrialização da Argentina, de um maior equilíbrio nas relações com o Brasil, e assim por diante. E teve êxito, pois foi uma tarefa extraordinária. Se alguém merece um busto lá, é ele, porque realmente conseguiu fazer com que a situação econômica da Argentina, que era gravíssima, se reconstruísse de forma bastante razoável, crescendo há três anos a taxas elevadas. Claro que os jornais aqui dizem que a base é pequena...

Há um dado político importante: existe uma rivalidade histórica muito grande entre a Argentina e o Brasil, o que torna as relações sempre delicadas. Por várias razões. A primeira é que a Argentina foi um país muito mais desenvolvido que o Brasil, industrialmente, muito mais avançado. Eles tiveram uma perda relativa de riqueza e de desenvolvimento industrial. Isso é algo de que o país, a sociedade se ressentem. E eles consideram que o Brasil teve um grande êxito. Isso é um dado politicamente importante no relacionamento do Brasil com a Argentina. Extremamente delicado.

PERGUNTA DA PLATÉIA: Como estão as negociações sobre a ALCA? O Brasil chegou a assinar algum acordo como o da Colômbia?

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Não estamos celebrando esses acordos com a ALCA. Quando este governo começou, o processo da ALCA estava avançado. Não foi possível ao governo brasileiro reestruturar as negociações da forma desejada. E além disso o processo da ALCA ficou parado. Foi uma mudança de estratégia americana. Passaram a ser assinados acordos bilaterais. O alvo? É obvio que o grande alvo da integração são os mercados maiores, no caso, a Argentina e o Brasil. Ambos estão unidos, com determinação, contra esse tipo de negociação de acordo de livre-comércio, tanto assim que esses acordos foram desacelerados, não há mais negociações conjuntas em curso. Quando chegamos ao governo, o Brasil estava totalmente engajado nas negociações da ALCA e hoje não está mais. Não assinamos nenhum acordo nesses três anos que tenha restringido a capacidade do Estado brasileiro de formular e executar políticas de desenvolvimento. Nós herdamos do passado uma série de normas da OMC, que estamos tentando modificar, inclusive. Mas não foram criadas novas restrições. O Ministério da Fazenda apresentou, por duas vezes, proposta de redução unilateral de tarifas, considerando que essa redução contribuiria para o combate à inflação, para a redução de estruturas oligopolistas, essas bobagens. Porém, isso são propostas de setores do Ministério da Fazenda, que fazem documentos, circulam, colocam na imprensa, organizam seminários, mas elas não prosperaram, até porque porque não correspondem à posição do Presidente da República.

PERGUNTA DA PLATÉIA: O comportamento religioso, mais que os grupos terroristas, permeia a ideologia religiosa do grupo do Presidente Bush? Como o sr. vê essa questão do crescimento do fundamentalismo no Brasil? E a candidatura provável do Garotinho?

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. É verdade que os grupos que estão hoje no governo americano são apoiados por organizações fundamentalistas com uma visão do mundo muito curiosa. E muito perigosa, porque acreditam na sua superioridade. O presidente Bush, uma vez, declarou de público que falava com Deus. A partir daí, temos conseqüências de grande relevância. O fundamentalismo não é apenas um fenômeno muçulmano, é também das religiões cristãs, de tendência mais ligada ao Novo Testamento. E que apresentam essa peculiaridade. Quanto ao ex-governador

Garotinho, não sei responder, porque não conheço as convicções religiosas dele. Quero dizer que os grupos evangélicos no Brasil são muito divididos. Há evangélicos mais à direita, mais à esquerda, evangélicos em todos os partidos. Mas não acredito que tenham a mesma posição política. São conservadores? Muitos grupos católicos são muito conservadores, há todo o movimento carismático, muito conservador.

De modo que são visões religiosas do mundo e que tendem a excluir as outras religiões, as outras crenças, as outras pessoas. Mas o fundamentalismo é um fenômeno que também se refere ao Oriente Próximo. A questão do apoio a Israel, por parte dos Estados Unidos, tem muito a ver com os movimentos fundamentalistas. Segundo alguns movimentos fundamentalistas, pelo que li, nos Estados Unidos, há quem acredite que, no dia em que Israel recuperar o seu território original definido na Bíblia, nesse dia se dará a vinda do Messias. E haverá a conversão dos judeus ao cristianismo. É o sinal do fim do mundo, quando nos encontraremos no Juízo Final. Isso é uma crença de alguns movimentos fundamentalistas e tem uma influência na política do Oriente Próximo. A política no Iraque, no Irã, em toda aquela região, vai além da mera política do petróleo, torna-se uma questão religiosa e de suprimento de energia. É uma mistura de suprimento de energia com religião.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Foram feitas várias afirmações aqui de que nós somos basicamente um país exportador de produtos primários. Isso é uma maluquice. Primeiro, nós exportamos mais manufaturas do que produtos primários. Segundo, o que nós mais exportamos nos últimos anos, foi pela indústria automobilística. Nesse setor, ademais, estamos fazendo mudanças tecnológicas acentuadas por causa da biotecnologia no automóvel com dois condutos. É nosso. Não é alemão. Em certos setores, como os financeiros, o centro das multinacionais é que mandam. Mas para a experimentação, para o técnico, para a adaptação ao mercado, não. Aí filiais inventam de acordo com os recursos que têm no país. Como os outros países não têm uma produção de álcool desse tamanho, não estou vendo a Alemanha fazer lá o que fez aqui. Quer dizer, elas têm uma estratégia espacial que corresponde à estratégia espacial das firmas. Essa, aliás, é uma razão pela qual o Mercosul, dado que existem filiais delas cá como na Argentina, evidentemente terá que chegar a algum acordo.

SAMUEL PINHEIRO GUIMARÃES. Na área automotiva, há um acordo. Grande parte do comércio Brasil-Argentina é regulado pelo acordo automotivo.

Toda a parte de comércio de combustíveis e petróleo também é regulada. Como vêem, acabou-se o livre-comércio... Estamos agora na era da China e da Índia, e dificilmente haverá livre-comércio no mundo com a China e com a Índia. Talvez daqui a alguns anos haja o reconhecimento disso, da existência de outra situação de comércio internacional. Essa é a realidade. Ninguém pense que os países altamente desenvolvidos vão querer comerciar com a China na base do livre-comércio. Isso não existe hoje com a China e, em breve, tampouco existirá com a Índia. Muito obrigado pela atenção.

JOSÉ LUÍS FIORI (texto enviado posteriormente pelo palestrante).

MUDANÇAS ESTRUTURAIS E CRISE DE LIDERANÇA NO SISTEMA MUNDIAL

*Mas devemos nos lembrar que esperança e previsão,
embora inseparáveis, não são a mesma coisa.*

Eric Hobsbawm (1997).

“A história e a previsão do futuro”, em *Sobre história*.

1. A nova geoeconomia energética

No início de 2006, o eixo econômico do sistema mundial já está completamente refeito, e não deve ser alterado nas próximas décadas. Depois de 1945, a economia capitalista cresceu liderada pelos Estados Unidos, e pela Alemanha e o Japão, seus dois protetorados militares que se transformaram em cadeias transmissoras do dinamismo global, na Europa e no Sudeste Asiático. Um tripé que funcionou, de forma absolutamente virtuosa, até 1973, unificado pela reconstrução do pós-guerra, e pela competição com a União Soviética, enquanto se desfaziam os velhos impérios coloniais europeus. Esse eixo dinâmico da economia mundial entrou em crise na década de 1970, e perdeu seu fôlego global, na década de 1980, logo antes que as economias alemã e japonesa entrassem em estado de letargia crônica, nos anos 1990. Ao contrário dos seus antigos parceiros, os Estados Unidos cresceram durante as duas últimas décadas do século XX, de forma quase contínua, liderando uma reestruturação profunda da economia mundial. Foi o período em que a economia nacional da China – e logo depois, a da Índia – foram assimiladas

pelo “território econômico” do capital financeiro americano, e se transformaram na fronteira de expansão e acumulação capitalista do sistema mundial.

Dentro dessa nova arquitetura, a Alemanha e o Japão ainda não perderam seu lugar, na hierarquia das economias nacionais, nem deixaram de ser países ricos, cada vez mais ricos, apenas perderam o seu protagonismo e a sua liderança do processo de acumulação do capital, a escala global. Foram substituídos pelo novo tripé, e esta mutação geológica da economia mundial não tem mais como ser revertida no médio prazo, mesmo que alguns setores do *establishment* político e acadêmico americano sigam propondo o bloqueio da expansão asiática, e da China, em particular. Daqui para frente, o entrelaçamento econômico desse novo tripé será cada vez maior, mesmo quando a sua competição geopolítica cresça, até o limite do enfrentamento explícito.

É interessante observar que essa revolução renova, de fato, uma das relações mais antigas e permanentes da história econômica moderna. A relação do “Ocidente” com as “índias”, que está na origem do “milagre europeu” e da economia capitalista, e de todos os grandes impérios que se constituíram, depois dos “descobrimentos”. Nesse sentido, a nova geografia do capitalismo mundial mantém, atualiza e potencializa, a um só tempo, a relação transcontinental que está na origem da globalização do capitalismo europeu. Essa “permanência” do sistema mundial, entretanto, não elimina a novidade revolucionária da nova geografia econômica do sistema, nem diminui o seu impacto sobre a economia mundial. É muito difícil de prever todas as suas conseqüências, mas já é possível mapear os primeiros “congestionamentos” e conflitos que estão sendo provocados por desse deslocamento geoeconômico. Nessas horas de mudança radical, a economia e a política tendem a convergir mais do que de costume, e fica mais fácil identificar conexões e sobreposições entre o jogo geopolítico da defesa e da acumulação do poder, e o jogo geoeconômico da monopolização e da acumulação da riqueza. Como se pode ver, por exemplo, neste momento, com relação ao problema da “segurança energética” dessa nova máquina de crescimento, um verdadeiro quebra-cabeça, do ponto de vista da reorganização e redistribuição – política e econômica – dos recursos disponíveis e escassos, nos vários pontos do mapa energético do mundo. Não é difícil de entender a complexidade do novo arranjo que está em curso, basta olhar para as duas pontas do novo sistema e para as projeções de suas necessidades, se for mantido seu dinamismo atual.

Em conjunto, a China e a Índia detêm um terço da população mundial, e vêm crescendo nas duas últimas décadas a uma taxa média entre 6% e 10% ao ano. Por isso, ao fazer seu *Mapa do Futuro Global*, o Conselho de Inteligência Nacional dos Estados Unidos previu em 2005, que até 2020, a China deverá aumentar em 150%, o seu consumo energético, e a Índia em 100%, se forem mantidas suas taxas de crescimento econômico. E nenhum dos dois países tem condições reais de atender suas necessidades internas por meio do aumento de sua produção doméstica de petróleo ou de gás. A China já foi exportadora de petróleo, mas hoje, é o segundo maior importador de óleo do mundo, importações que atendem um terço de suas necessidades internas. No caso da Índia, sua dependência do fornecimento externo de petróleo é ainda maior do que a da China, e nestes últimos 15 anos, passou de 70% para 85% do seu consumo interno. Para complicar o quadro das necessidades asiáticas, o Japão e a Coreia permanecem altamente dependentes de suas importações de petróleo e de gás, o que contribui ainda mais para a intensificação da competição econômica e geopolítica dentro da própria Ásia.

A necessidade urgente de antecipar-se e garantir o fornecimento futuro de energia é que explica, por exemplo, neste momento, a aproximação de todos estes países asiáticos com o Irã, a despeito da forte oposição dos Estados Unidos. Como explica também a ofensiva diplomática e econômica recente – maciça, em alguns casos – da China na Ásia Central, na África, e até mesmo na Venezuela; e a presença crescente da Índia, em Burma, Sudão, Líbia, Síria, Costa do Marfim, Vietnã e na própria Rússia. Além da sua participação conjunta na disputa competitiva, quase belicosa, com os Estados Unidos e com a Rússia, pelo petróleo do Mar Cáspio e seus oleodutos alternativos de escoamento, através da Ucrânia, Geórgia, Arzerbaijão, Turquia, Polônia, ou Afeganistão e Paquistão.

Seguindo a mesma estratégia dos seus governos, as grandes corporações públicas ou privadas chinesas e indianas também têm realizado investidas fora de sua zona imediata de atuação tradicional, para controlar empresas estrangeiras que garantam o fornecimento futuro de petróleo para seus países. Como foi o caso da China National Offshore Corporation que já comprou participação acionária em empresas no Irã, como também no grupo Yukos na Rússia, e na Unocal, dos Estados Unidos, o mesmo caminho que vem sendo trilhado pelas grandes empresas estatais indianas – a ONGC [Oil and Natural Gas Corporation] e a IOC [Indian Oil Corporation] – que já anunciaram novas associações na Rússia, no Irã e na própria

China. Por fim, o Instituto Internacional de Estudos Estratégicos de Londres atribui a esta mesma disputa energética, a recente reestruturação naval e a presença militar crescente dos chineses e indianos no Mar da Índia e no Oriente Médio. Como se quisessem lembrar aos economistas mais ingênuos, o parentesco muito próximo que existe entre os caminhos do mercado e a competição militar.

No outro lado da ponta desse novo eixo dinâmico da economia mundial, está os Estados Unidos que já eram e seguem sendo os maiores consumidores de energia do mundo, e que além disto estão empenhados em diversificar suas fontes de fornecimento, para diminuir sua dependência dos países do Oriente Médio. Hoje, a Arábia Saudita só atende 16% da demanda interna dos Estados Unidos que já conseguiu deslocar a maior parte do seu fornecimento de energia para dentro de sua zona imediata de segurança estratégica, situada no México e no Canadá, aparecendo a Venezuela logo em seguida, como seu quarto fornecedor mais importante. Mas além disso, os Estados Unidos vêm trabalhando ativamente para obter um acordo estratégico de longo prazo com a Rússia, e vêm avançando de forma agressiva e competitiva em cima dos novos territórios petrolíferos situados na África sub-sahariana e na Ásia Central, na região do Mar Cáspio. Isto é, na sua condição de poder global, os Estados Unidos estão disputando todos os territórios que tenham disponibilidade ou que apresentem algum potencial futuro, capaz de garantir a expansão contínua do seu poder econômico e político. Para complicar esse quadro, na sua área imediata de influência tradicional, a Grã-Bretanha, depois de alguns anos voltou a sua condição de importadora de petróleo, ao lado dos seus demais sócios da União Européia, que importam da Rússia, 49% do seu gás, e que deverão estar importando da mesma Rússia, algo em torno de 80%, por volta de 2030.

Por isso, o governo do presidente Putin está trabalhando de forma tão agressiva para transformar a Rússia num “gigante mundial da energia”, unificando e reestatizando suas empresas produtoras, segundo o modelo ARAMCO [Saudi Arabian Oil Company], da Arábia Saudita. Essa nova mega-empresa deve se transformar num instrumento fundamental de poder, na luta russa para se recolocar dentro do jogo econômico das grandes potências e para aumentar a margem de manobra e negociação da Rússia, dentro da própria Europa.

Em síntese, o que está se assistindo no campo geoeconômico, e em particular, no “mundo da energia”, é a uma expansão veloz da demanda e um aumento

da intensidade da competição, entre os velhos e os novos grandes consumidores de petróleo e gás natural disponível no mundo. Mas esta não é apenas uma disputa normal de mercado, nem é o produto de alguma manobra da OPEP [Organização dos Países Exportadores de Petróleo] ou do aumento puro e simples das taxas de crescimento da economia mundial. Pelo contrário, é o produto de uma gigantesca mutação geoeconômica do capitalismo mundial, que está exigindo não apenas um aumento da produção da energia, mas também uma redistribuição radical de suas fontes de produção.

2. A Crise de liderança política do sistema mundial

Por outro lado, do ponto de vista geopolítico, não há dúvida – neste início de 2006 – que o sistema político internacional está perdendo “vitalidade orgânica”, e que os Estados Unidos estão neste momento sem uma orientação estratégica nítida e consensual. E tudo indica que essa tendência deva se manter e aprofundar durante o ano de 2006, porque não existe solução imediata para nenhum dos problemas que estão na origem desta “sensação de vácuo”: o pântano em que se transformou a intervenção americana no Iraque, a inconclusividade radical da “guerra global” ao terrorismo, declarada pelo presidente George W. Bush, e finalmente, a ausência de um projeto ou de uma ideologia capaz de legitimar o arbítrio americano e mobilizar lealdades no plano internacional.

Dois anos e meio depois do presidente Bush anunciar a vitória americana, a insurgência iraquiana e as perdas humanas aumentam sem parar, e nos últimos meses, a sociedade e o *establishment* americano voltaram a dividir-se, como já havia acontecido na guerra do Vietnã. Aos poucos, vai se generalizando a convicção de que o governo Bush criou para si mesmo uma armadilha, e agora se encontra numa disjuntiva muito difícil: se o presidente americano retirar de imediato suas tropas do Iraque, deixará para trás uma guerra civil sangrenta, e sairá enfraquecido, dentro e fora do Oriente Médio; mas ao mesmo tempo, se decidir permanecer no Iraque, segundo muitos especialistas, deverá enfrentar-se com um lento deterioro de sua situação militar, o que ressuscita de imediato o fantasma do Vietnã. Frente ao impasse, alguns analistas americanos têm proposto uma alternativa verdadeiramente “heterodoxa”: uma reaproximação e um acordo para que o Irã assumira a defesa da “nova ordem” e do governo xiita de Bagdá, depois da saída das tropas americanas. Nesse caso, entretanto, o produto final da Guerra do Iraque seria a criação de um “eixo de poder” xiita no Oriente Médio – incluindo o

Líbano, a Síria e o Iraque – sob a liderança do Irã, o principal inimigo dos Estados Unidos, na Região. Uma façanha inédita, uma verdadeira “cambalhota” no campo da política internacional.

A consequência imediata desse “atolamento” dos Estados Unidos, no Iraque, foi o descrédito e o arquivamento precoce, durante o ano de 2005, do grande projeto neoconservador, do segundo governo de George W. Bush: o seu programa de democratização e reforma econômica liberal, do “*Grande Oriente Médio*”, uma espécie de “cruzada civilizatória” do antigo Império Otomano, que foi recebido pelos europeus, no seu devido momento, com a indisfarçável complacência dos mais velhos. Mas além disso, o fracasso iraquiano corroeu a credibilidade das ameaças americanas contra o “eixo do mal”, em particular, no caso da Coreia do Norte, que no ano de 2005, foi passando lentamente para um segundo plano das preocupações diplomáticas dos Estados Unidos.

No caso da “guerra global ao terrorismo”, os Estados Unidos se mostram cada vez mais divididos e impotentes frente a uma ameaça ubíqua, de grupos e redes que não obedecem nenhuma hierarquia nem muito menos comando centralizado. Os atentados de 2001 serviram para que os Estados Unidos criassem um novo inimigo bipolar, propondo ao mesmo tempo uma parceria estratégica global, com todas as demais grandes potências, com o objetivo de combater o “terrorismo internacional”. Essa parceria estratégica, entretanto, só foi aceita pelas grandes potências de maneira parcial e com o devido respeito pela soberania mútua, mas além disto a prolongação e indefinição da “guerra global” ao terrorismo vem criando dificuldades crescentes para os próprios Estados Unidos.

Em primeiro lugar, porque do ponto de vista da segurança interna dos Estados Unidos a ubiqüidade do adversário “interno”, exigiria para ser eficaz um controle permanente e cada vez mais rigoroso da própria sociedade americana, uma espécie de estado de sítio crônico intolerável no longo prazo, mesmo para os norte-americanos. Em segundo lugar, porque do ponto de vista da segurança externa dos Estados Unidos, a nova estratégia cria uma situação de insegurança coletiva e permanente, dentro do sistema mundial. O novo adversário não é, em princípio, uma religião, uma ideologia, uma nacionalidade, uma civilização ou um Estado, e pode ser redefinido a cada momento pelos próprios Estados Unidos, sendo portanto, variável e arbitrário. E, nesse sentido, os Estados Unidos se guardam o direito de fazer ataques preventivos contra todo e qualquer Estado

onde eles considerem existir bases ou apoio às ações terroristas, o que significa a auto-atribuição de uma soberania imperial. Tudo indica, portanto, que a estratégia da luta global contra o terrorismo não tem sustentabilidade no médio prazo, e não conseguirá bipolarizar e equilibrar o sistema mundial no longo prazo. Pelo contrário, deve aumentar as resistências dentro dos próprios Estados Unidos, e acelerar o retorno do conflito entre as grandes potências, no médio prazo.

Não é de estranhar, portanto, que neste início de 2006, o mundo se sinta órfão da liderança americana. E o que se pode esperar daqui para frente, é um prolongado e melancólico final do segundo mandato do presidente Bush. Seu governo perdeu o rumo estratégico no Iraque e na guerra ao terrorismo, mas além disto os Estados Unidos não dispõem no momento de um projeto, ideologia ou utopia capaz de mobilizar seus aliados tradicionais e a opinião pública mundial. A utopia da globalização virou um lugar comum, e perdeu sua força mobilizadora, porque sua promessa de igualdade e convergência da riqueza das nações e das classes, foi sendo desmentida pelos fatos e pelos números do mundo real. Hoje, a retórica dos mercados desregulados e do fim das fronteiras nacionais soa como um jargão ultrapassado, sem capacidade de mobilizar pessoas, nem de organizar a estratégia ideológica do poder americano.

Mas é importante sublinhar, entretanto, que a atual fragilidade do sistema político internacional não vem apenas dos Estados Unidos. Basta olhar para a Europa para encontrar a mesma falta de vitalidade e de nitidez estratégica no caso notório e terminal do governo Chirac, na França; do governo em decadência de Berlusconi, na Itália; e até mesmo, no caso do recém-reeleito governo Blair, na Inglaterra, que vem enfrentando derrotas parlamentares e divisões e deserções sucessivas, dentro de suas fileiras partidárias e dentro do seu próprio governo, que decidiu participar da Guerra do Iraque, e agora vai se desfibrando lentamente. No caso da Alemanha, o recém formado governo de coalizão, entre democrata-cristãos e social-democratas – da primeira-ministra Angela Merkel – já nasceu fragilizado pelo fato de reunir num mesmo gabinete os principais adversários das últimas eleições parlamentares alemãs que terminaram praticamente empatadas, refletindo a profunda divisão da sociedade alemã. Por fim, a própria União Européia perdeu fôlego e rumo, no ano de 2005, depois que os franceses e holandeses disseram um rotundo “não”, à nova Constituição Européia, que foi imediatamente arquivada, deixando a União sem uma estrutura clara de poderes e sem um projeto estratégico de

longo prazo. Dividida entre a posição inglesa, favorável à constituição apenas de um mercado comum e de um “império” frouxo, e a posição franco-alemã, favorável a um Estado Federal Europeu com um projeto econômico e de poder global.

Esses fatos e tendências apontam para um futuro imediato em que o mundo sentirá a falta de uma liderança clara e de alguma diretriz estratégica capaz de orientar o cálculo coletivo dos seus principais atores. Mas este quadro que deve se manter e aprofundar nos próximos tempos, não significa, entretanto, que o mundo esteja vivendo uma crise terminal do poder americano. Muitos especialistas têm dificuldade de analisar a conjuntura internacional sem referi-la a um fim próximo, ou a uma ruptura definitiva, confundindo, muitas vezes, o mundo real com seus desejos ou posições pessoais. Como sugerimos, os Estados Unidos estão atolados no Iraque e sem uma porta de saída clara e honrosa, mas isto não configura uma crise catastrófica, do seu poder global. Não há dúvida que os Estados Unidos enfrentarão dificuldades crescentes nas próximas décadas para manter o seu controle global, político e econômico. Mas o que está em curso e que de fato interessa, no longo prazo, é a transformação ou mudança profunda e lenta do eixo geopolítico do sistema mundial. Depois de cinco séculos, a Europa perdeu sua centralidade, e o mundo vive por algum tempo sem uma bipolaridade nítida que organize o cálculo estratégico dos seus principais atores, enquanto a Ásia globaliza definitivamente o modelo interestatal de origem européia. Mas as duas principais transformações geopolíticas e geoeconômicas que estão em curso dentro do sistema mundial, são de duração lenta, e estão ocorrendo simultaneamente em dois tabuleiros diferentes. Nos dois casos, foram deslanchadas por duas decisões estratégicas tomadas no mesmo momento em que começava a “crise dos 1970”: a *Ostpolitik*, do primeiro-ministro alemão Willy Brandt, do fim da década de 1960; e a “abertura para a China” do governo Nixon do início dos anos 1970. A *Ostpolitik* de Brandt está na origem da abertura européia para o Leste, e de muitas das transformações que culminaram com a reunificação da Alemanha e a desconstrução da União das Repúblicas Socialistas Soviéticas. E segue sendo o primeiro passo de uma crescente convergência ao Leste, entre Berlim e Moscou, que é um dos componentes mais complicados e estruturais da crise atual da União Européia. E não é um desatino prever uma aliança crescente entre o poder econômico alemão e o poder militar “ocioso” da Rússia, antigo pesadelo geopolítico dos anglo-saxões, que se se transformar em realidade pode redesenhar radicalmente a estrutura de poder dentro da massa eurasiática.

Por outro lado, a nova relação entre os Estados Unidos e a China reproduz e prolonga o eixo Europa-Ásia que dinamizou o sistema estatal e capitalista desde sua origem, e a relação privilegiada dos Estados Unidos com o Japão, desde 1949. Só que nesse caso, ademais da relação econômica complementar e competitiva entre Estados Unidos e China, o próprio sucesso da relação econômica prenuncia uma disputa cada vez maior pela hegemonia militar no Sudeste Asiático. É bom lembrar que durante a Guerra Fria, os Estados Unidos mantiveram sua competição militar com um país com quem não mantinham relações econômicas importantes para o dinamismo de sua própria economia nacional. E mantiveram relações econômicas dinâmicas com países que não tinham autonomia militar, nem possibilidade de expandir seu poder político nacional. Com a relação americano-chinesa, a complementariedade volta a ser parceira da competição político-militar. Nesse momento, os Estados Unidos não têm mais como se desfazer economicamente da China. Mas chegará a hora em que os Estados Unidos terão de enfrentar-se com o dilema de bloquear ou não o movimento expansivo da China para fora de si mesma, no momento em que este movimento não seja mais apenas econômico, e assuma a forma de uma vontade política imperial. E o mesmo acontecerá caso se materialize uma aliança de longo prazo, econômica e militar, entre a Alemanha e a Rússia.

Essas transformações podem tomar anos ou décadas, mas neste *intermezzo*, do ponto de vista do tempo longo, não existe passividade ou paralisia dentro do próprio sistema. A própria necessidade americana de alianças e apoios nas guerras do Afeganistão e Iraque acabou devolvendo, recentemente, a liberdade de iniciativa militar ao Japão e à Alemanha, ao mesmo tempo em que permitiu à Rússia reivindicar o seu direito de “proteção” na sua “área de influência” ou “zona de segurança” clássica, onde se instalaram bases e tropas americanas, depois de 1991.

Aos poucos está se formando uma nova polarização dentro do Oriente Médio com o surgimento de um eixo de poder xiita e a possibilidade de um confronto generalizado com as forças *sunitas*, dispersas por vários Estados da região. Enquanto isso, do outro lado do mundo, o sistema estatal e capitalista asiático se parece cada vez mais com o bem-sucedido modelo do “milagre europeu”, mas não é provável que se repita na Ásia algo parecido com a União Européia. E, portanto, como a história também é feita de permanências e repetições, não é de estranhar-se o aumento periódico dos conflitos nas relações intra-regionais do Sudeste Asiático. E até mesmo na América Latina, se pode identificar mudanças significa-

tivas na política externa de vários países que contestam ou propõem redefinir os termos da hegemonia americana no “hemisfério ocidental”.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Haverá agora um rápido debate na mesa e eu vou fazer a primeira pergunta. Não há a menor dúvida de que a política externa sul-americana está baseada no petróleo. Não fizemos todo esse esforço na Bolívia, na Venezuela, no Equador, apenas pelos lindos olhos de cada um, ou por razões ideológicas. Está claro que não. E nem é por acaso que a Petrobras é a maior companhia multinacional da América do Sul e tem relações com todos esses, e está negociando com toda a delicadeza.

Mas é evidentemente que todos os demais vão pedir tratamento especial. Foi o que o Helio Jaguaribe falou no primeiro seminário. Tudo bem, é legal ser hegemônico de boa vontade. Quando se quer ser hegemônico de boa vontade, se paga. Essa é a questão, poderemos pagar ou não? Não é que não tenhamos consciência, não é que a nossa política externa na América do Sul esteja baseada nisso, não é que a essa altura do campeonato alguém ache que é o problema da tarifa. Até porque nenhum empresário, nem multinacional, nem nacional, quer nenhuma tarifa. Se quiser é de proteção, não é de diminuição. Essas coisas, como vocês sabem, é uma das coisas em que a geopolítica e a geoeconomia batem, no caso do Brasil.

Agora, se ainda por cima queremos ter a maior empresa petroleira, se ainda por cima somos o maior país, temos que pagar o preço. Estamos pagando. Não basta fazer discurso e apoiar. Apoiamos tudo. Fizemos tudo bonitinho. Do ponto de vista ideológico, do ponto de vista do Ministério das Relações Exteriores, do ponto de vista do assessor do Presidente, tudo *by the book*. Mas agora vamos ter que negociar. E vamos ter os Estados Unidos por trás. Na negociação com a Bolívia vamos ver o que é que acontece. De novo, eles vão fazer o jogo duplo. Tudo bem, o Brasil está interessado, mas os Estados Unidos e a empresa tal me oferecem tal coisa... E isso é lógico, porque cada Estado nacional, por mais fraco que seja, tende a defender seus interesses, sobretudo no assunto que virou tabu mundial, porque quem é que não sabe hoje que energia é o centro do geopolítico?

Ou será o quê, a bomba atômica? A esta altura do campeonato? Então, sendo isso, eu acho que o que o Fiori disse está correto, mas não é um problema de ter vontade; vontade nós já temos, o problema é que os outros também têm vontade.

Os outros quem? Os Estados Unidos, e é por isso que ficaram tão danados com a nossa política na Venezuela. Por isso estão tão danados com todos os programas de integração energética do sul americano. É por isso que a Petrobras tem que se comportar assim. Ela está metida com todas as empresas, na Venezuela, no Peru, na Bolívia, em todos os que têm a tal moeda, o ouro negro, como se chamava.

JOSÉ CARLOS BRAGA (texto enviado posteriormente pelo palestrante)

INSERÇÃO FINANCEIRA INTERNACIONAL E CAPITALISMO NO BRASIL 1987/2006¹

1. Introdução: a abertura financeira e o sistema financeiro nacional

Após inúmeras medidas ao longo de quase duas décadas o Brasil tornou-se um país amplamente sintonizado com a globalização financeira.

Estão abertos “portos” e mercados aos capitais internacionais e nacionais. Há exceções tais como a proibição de transações em moeda estrangeira no espaço nacional. É verdade que são exceções que ainda fazem a diferença quanto à autonomia nacional. Essa, entretanto, vem sendo amplamente reduzida na medida em que a inserção em pauta faz-se sob a estratégia de conceder ampla liberdade à movimentação de capitais quer o intuito dessa seja para fins especulativos quer seja para finalidades produtivas.

Evidentemente a abertura aludida qualifica o país tanto para a recepção potencialmente benéfica dos fluxos internacionais de capitais quanto para ser membro partícipe da grande instabilidade sob dominância financeira que caracteriza a intensa e **centralizada** acumulação de capital da economia mundial. Daqui para frente tudo dependerá do perfil que virá a caracterizar as políticas públicas sobre a questão.

O Brasil está no jogo político-econômico da **financeirização global**² que como se sabe combina, *incerta e arriscadamente*, acumulação produtiva, financeira e

¹ Este texto de José Carlos Braga, professor do Instituto de Economia da UNICAMP, origina-se de conferência por ele proferida no Ciclo de Seminários do Centro Celso Furtado, em 7 de abril de 2006. Essa conferência apoiou-se em trabalhos empíricos de pesquisa de alguns autores sobre o processo de abertura financeira do Brasil. Parte de um texto fundamental da professora Daniela Prates, acerca dos fluxos, que se encontra resumido na seção 3.

² Ver Braga, J.C. “Financeirização global—o padrão sistêmico de riqueza do capitalismo contemporâneo”, em *Poder e Dinheiro* (orgs. Tavares, M.C e Fiori, J.L. Petrópolis: Vozes, 1997).

fictícia³ de capital. Isso é feito com uma distribuição **inter-nações** evidentemente heterogênea e assimétrica tanto de benefícios (quando ocorrem expansões) quanto de perdas (quando ocorrem crises). O traço de desenvolvimento desigual e combinado, típico do capitalismo, não foi extinto pela financeirização; mas, ao contrário, foi tornado mais amplo e perigoso, sobretudo, socialmente perigoso.

Essa inserção brasileira internacional deu-se em simultâneo a um rearranjo estrutural do sistema financeiro nacional que foi efetuado sob as seguintes características:

1. Privatização dos bancos públicos estaduais.
2. Reestruturação, saneamento e capitalização dos bancos públicos federais.
3. Reorganização dos bancos privados nacionais numa onda importante de centralização de capital. O Banco Central executou o Proer – Programa de Estímulo à Reestruturação e ao Sistema Financeiro Nacional – para efetuar o saneamento de instituições que se encontravam em situação patrimonial problemática e poderiam contaminar todo o sistema bancário.
4. Reorganização das estruturas e das estratégias dos bancos diante do novo cenário macroeconômico de baixa inflação, desde 1994 ao presente, e a conseqüente desaparecimento dos ganhos vinculados ao “imposto inflacionário”.
5. A partir dessas reorganizações o sistema estaria apto a ampliar a oferta de crédito permitindo afirmar que os problemas, agora, encontram-se em dois âmbitos: controles oligopolísticos dos altos *spreads* e baixa aceleração da demanda de crédito além da ausência de uma política financeira pública.
6. A moeda nacional mesmo que internacionalmente inconversível é uma reserva de valor do ângulo nacional. Considerando as inovações dos mercados derivativos⁴ atuantes nos âmbitos *onshore* (doméstico) e *offshore* a própria moeda nacional que é internacionalmente “inconversível” presta-se, entretanto, a uma especulação peculiar pela qual se aprecia em relação ao dólar, fica temporariamente “conversível” para os grandes *players* nos mercados derivativos e dá mostras de mais uma jogada da valorização monetário-financeiro-fictícia.

³ Compreenda-se por fictícia a acumulação que se regula independentemente da acumulação produtiva-operacional de capital. Ocorre, quando, por exemplo, continuamente, as ações de empresas, valorizam-se acima do que permitiriam a evolução dos lucros operacionais que lhe dariam “garantias reais”.

⁴ Relembrando: assim chamados – “derivativos” – porque os valores de negociação derivam de outros ativos como *commodities*, taxas de juros, taxas de câmbio, cotações futuras de índices etc. Há um amplo leque de operações com derivativos: a termo, futuros, opções, swaps.

7. O Banco Central do Brasil vem tendo um desempenho de **tipo independente** no âmbito do exercício da política econômica. Pois eis que essa independência acaba de ser oficializada *ad hoc* pelo presidente Lula ao conceder *status* de ministro ao seu presidente. Jeito bem brasileiro de “passar” a independência do Banco Central. Fato é que ela aí está, pragmaticamente, desde o lançamento do Plano Real que veio justamente para refundar uma moeda nacional e evitar – até quando? – a dolarização, cabendo ao Banco Central, a ferro e fogo, entenda-se, a qualquer taxa de juros que julgue necessária, a defesa da unidade das três funções da moeda: padrão de preços, meio de pagamento e reserva de valor no território nacional.

A seguir, na seção 2 examinam-se aspectos principais da evolução da abertura financeira desde 1987 no Brasil; na seção 3, são analisados alguns problemas relevantes da relação entre a abertura financeira e a evolução da economia. À guisa de conclusão apresentam-se algumas perspectivas bem como formas de ação diante de problemas que se desenham no horizonte histórico visível.

2. Características da abertura financeira ⁵

A inserção financeira internacional deu-se no caso brasileiro através de uma abertura que esteve legalmente amparada por exposições de motivos, medidas provisórias de iniciativa do Executivo e em resoluções e circulares emitidas pelo Banco Central.

Dessa forma ocorreu sem consideração ao fato de que ainda não foi regulamentado o Artigo 192 da Constituição Federal de 1988 que deveria reger o funcionamento do Sistema Financeiro nacional. A abertura financeira aos bancos estrangeiros utilizou-se do Artigo 52 das disposições constitucionais transitórias que deixava caminho aberto através de acordos internacionais de reciprocidade e através de situações ditas de “interesse nacional”. Deu-se também sem que esteja extinta a Lei nº 4131 de 1961 na qual está estabelecida a regulamentação da participação dos capitais estrangeiros na economia brasileira.

⁵ Acerca das primeiras fases desse processo ver Hermann, Jennifer – “Liberalização financeira e crise cambial: a experiência brasileira no período 1987-1999”, em *Regulação financeira e bancária*, Rogério Sobreira (org.), 2005, São Paulo: Editora Atlas. Acerca da abertura financeira no período 1989-1999, ver Freitas, M. C. P.; Prates, D. M., “A abertura financeira no governo FHC: impactos e conseqüências”, *Economia e Sociedade*, Campinas, nº 17, p. 81-111, (2001) e Freitas, M. C. P. (Org.). *Abertura do sistema financeiro no Brasil*. São Paulo: Fundap/Fapesp/Brasília: Ipea, 1999.

Sob a bandeira da “desburocratização” procedeu-se à libertação dos movimentos globais de capitais de residentes e de não-residentes no País.

A chamada abertura financeira envolve o grau de liberdade dos movimentos de capitais e das transações monetário-financeiras em moeda estrangeira numa determinada economia nacional. Em função desses fatores determinam-se as possibilidades de que residentes assumam posições ativas e passivas em moeda estrangeira bem como as condições de participação de não-residentes no mercado financeiro nacional.

A professora Daniela Prates resume em seus trabalhos três níveis que caracterizam a abertura financeira. O primeiro diz respeito às *inward transactions* – entrada de não-residentes no mercado financeiro doméstico e captação de recursos externos pelos residentes. O segundo nível refere-se à liberalização das *outward transactions* – saída de capitais pelos residentes e endividamento de não-residentes no mercado financeiro doméstico. O terceiro nível refere-se à conversibilidade interna da moeda, ou seja, à permissão de transações em (ou denominadas em) moeda estrangeira no espaço nacional, como depósitos no sistema bancário doméstico e emissão de títulos indexados à variação cambial.

Jennifer Hermann (2005; p.214 e 252) registra que no âmbito das *inward transactions* o ponto de partida da política de abertura financeira, no período 1987-1993, foi a Resolução nº 1289 do Conselho Monetário Nacional, de março de 1987, que ao regulamentar os investimentos estrangeiros no mercado de capitais doméstico autorizou “a aquisição de ações e debêntures (mas não o controle) de empresas brasileiras por investidores estrangeiros”. Para essa autora “a abertura financeira do período 1987-93 assumiu o caráter de uma política de ajuste externo – de curto prazo, portanto (...) adaptar o mercado financeiro brasileiro às transformações em curso nos sistemas financeiros dos países desenvolvidos – já em processo de liberalização e securitização –, capacitando-se, assim, a concorrer com outros países menos desenvolvidos pelos recursos disponíveis no mercado internacional. Isto explica que o foco da política de abertura na primeira fase da liberalização no Brasil tenha sido o mercado de capitais”.

Já em 1991 ocorrem duas outras importantes mudanças: 1º) a permissão para que *commercial papers* (títulos de renda fixa de curto prazo) e *notes e bônus* (títulos de médio e longo prazo) sirvam de fontes de captação externa capazes de financiar operações de repasse para o mercado doméstico, operações essas que antes estavam restritas aos empréstimos captados junto aos bancos estrangeiros; 2º) a

regulamentação de emissões de ações de empresas brasileiras no mercado americano [ADR- American Depositary Receipts] e noutros mercados estrangeiros [IDR- International Depositary Receipts] (ver Hermann, 2005,p.216-217)

Após essas iniciativas dos governos Sarney e Collor o movimento de inserção financeira vai-se intensificando tanto nas gestões de Fernando Henrique quanto na gestão de Lula. Revela-se, portanto, como um processo claramente de natureza estrutural quanto às relações internacionais do capitalismo brasileiro, quanto às estratégias das elites dirigentes públicas e privadas face à globalização financeira.

Para adotar outra referência temporal, pode-se considerar que de 1994-1995 ao presente adotam-se medidas crescentemente coerentes com as mencionadas estratégias. Já sob o predomínio da política de estabilização deflagrada com o Plano Real é buscada uma intensa adesão às condições do mercado financeiro internacional. Assim, em 1994, ocorre a adesão brasileira ao Acordo de Basileia que corresponde à busca de um novo quadro nacional/internacional de regulação bancária liderado pelos bancos centrais dos países desenvolvidos cujo âmago é a exigência de níveis supostamente adequados na relação capital/ativos. Nesse mesmo ano dá-se a renegociação da dívida externa brasileira nos moldes do Plano Brady (Ver Hermann, 2005, pgs 228/233).

É de agosto de 1995 a Exposição de Motivos nº 311 do Ministério da Fazenda assinalando que é do interesse do país ampliar ou abrir a entrada de capitais estrangeiros no Sistema Financeiro Nacional. Recorde-se que, desde a reforma financeira de 1965 até então, os investimentos diretos estrangeiros no sistema bancário só eram permitidos com base no princípio de reciprocidade de abertura por parte dos países de onde se originassem tais investimentos.

Em outro lance importante nessa direção está a permissão implícita para a entrada de estrangeiros nos mercados de derivativos, em janeiro de 2000, durante a gestão de Armínio Fraga no Banco Central. No estilo jurídico americano tal permissão decorreu do fato de “não se proibir a entrada de estrangeiros” nos documentos legais referentes à matéria.(Resolução 2689, 26/01/2000).

Nessa caminhada pode-se, para concluir, mencionar as seguintes medidas:

1. a unificação dos mercados de câmbio livre (relativo às operações comerciais) e o flutuante (dito de turismo, mas que na prática envolvia inúmeras e significativas operações financeiras de curto prazo que implicaram envio de recursos em dólares para o exterior);

2. em decorrência do item acima ocorreu extinção da Conta de Não-Residentes (CC5) através da qual se executavam transferências de moeda estrangeira por parte de instituições financeiras;
3. conseqüentemente – em função de 1 e 2 – agora sob uma nova organização jurídico-institucional “as pessoas físicas e jurídicas podem comprar e vender moeda estrangeira ou realizar transferências internacionais em reais, de qualquer natureza, sem limitação de valor(...) Incluem-se nesta faculdade as compras e vendas de moeda estrangeira, por pessoas físicas ou jurídicas, residentes, domiciliadas ou com sede no país, em banco autorizado a operar no Mercado de câmbio, para fins de constituição de disponibilidades no exterior e do seu retorno”. (Resolução 3265 de 4/03/2005 do BCB);
4. a continuada flexibilização da cobertura cambial – isto é, da obrigatoriedade dos exportadores venderem seus dólares no mercado de câmbio brasileiro. Isso vem ocorrendo seja pela ampliação dos prazos nos quais os exportadores podem manter seus dólares no exterior, seja com as recentes mudança que admitem que certos percentuais das receitas de exportação sejam mantidos indefinidamente no estrangeiro;
5. Em 2006, a concessão de incentivos fiscais aos investidores estrangeiros para a aquisição de títulos da dívida pública interna.

Segue, portanto, o longo percurso de liberalização que insere o Brasil nas diversas transações estritamente monetário-financeiras do capitalismo globalizado as quais ultrapassam em muito o montante de transações vinculado à geração de renda produtiva, de emprego, de expansão virtuosa das trocas comerciais mundiais.

3. Inserção financeira e evolução econômico-financeira

Um dos principais alvos buscados nesse processo, segundo os formuladores das políticas, é alçar o Brasil à posição de *investment grade* na avaliação das agências internacionais de classificação de risco. Para tanto essas agências internacionais afirmam que falta um arrojado corte de despesas correntes não-financeiras (previdenciárias sobretudo) para uma reestruturação equilibrada(sic!) de longo prazo da questão fiscal. Com isso a economia brasileira seria considerada um espaço da maior qualidade e de grande atração para os investidores internacionais. Títulos da dívida pública, ações, notas e *commercial papers*, emissões de títulos financeiros em

geral pelo governo e pelas empresas teriam condições de preços, custos, taxas e prazos convergentes com os dos países globalmente bem posicionados.

Nesse caminho, entretanto, há instabilidades à espreita justamente em razão da ampla movimentação de capitais que passa a ocorrer através da conta financeira do balanço de pagamentos. Como se sabe acentuam-se as interações entre taxa de câmbio e taxa de juros especialmente sob a vigência do regime de câmbio flutuante⁶. Essa situação nacional ademais fica sujeita às influências das flutuações cambiais e dos fluxos financeiros que ocorrem no cenário internacional sob a égide do “dólar flexível” e seus respectivos impactos sobre as taxas de juros nos países desenvolvidos.

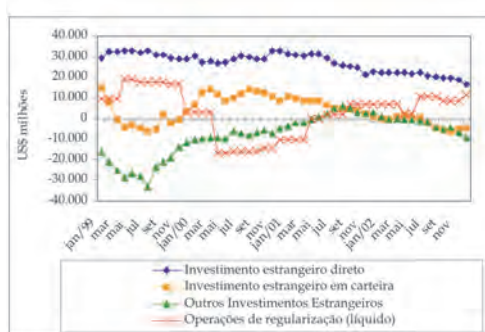
Outro fator importante a ser lembrado é o desenvolvimento dos derivativos financeiros ao longo do movimento de abertura uma vez que se eles permitem um avanço na gestão do “risco microeconômico” tendem ao mesmo tempo a espalhar o risco pelo conjunto da economia, via a cadeia de operações que engendra, podendo assim até mesmo ampliar o “risco sistêmico”. Não deve ser por outra razão que o Banco Central do Brasil acaba sendo levado a uma espécie de “não-independência” diante de decisões e apostas dos grandes atores do mercado financeiro. Assim, ora é levado a oferecer swaps de câmbio como defesa para aqueles atores contra a desvalorização do real- isto é, instrumento que os protege de ter que pagar mais caro no futuro pelo dólar(mais reais por cada dólar). Ora é levado a oferecer o chamado swap reverso para que os atores se protejam contra a valorização do real – isto é, instrumento que os protege de ter que pagar mais caro no futuro pelo real (menos reais por cada dólar).

E finalmente, ainda que essa lista não seja completa, é necessário considerar como as contas externas têm afetado o passivo externo bruto e o passivo externo líquido.

A seguir far-se-á um resumo da excelente pesquisa da professora Daniela Prates contida no texto “A inserção externa da economia brasileira no governo Lula” publicada em *Política Econômica em foco*, Boletim do Centro de Estudos de Conjuntura e Política Econômica-CECON, do Instituto de Economia da Unicamp (Número 7, nov 2005/abr. 2006)

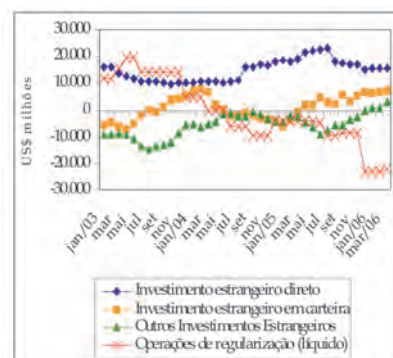
⁶ Consultar Maryse, Farhi, “O impacto dos ciclos de liquidez no Brasil: mercados financeiros, taxa de câmbio, preços e política monetária”, Boletim Política Econômica Em foco nº7 (nov 2005/abr 2006) Cecon-IE-Unicamp.

Gráfico 1
Composição dos fluxos de capitais: 1999-2002
(fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: Bacen. Séries especiais. Elaboração Daniela Prates/Cecon.

Gráfico 2
Composição dos fluxos de capitais: 2003-2005
(fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: Bacen. Séries especiais. Elaboração Daniela Prates/Cecon.

Os pontos da professora a partir da análise dos fluxos recentes são os seguintes:

1- Conforme os gráficos 1 e 2 ilustram, entre 1999-2002, segundo ela “enquanto as condições de liquidez internacional desfavoráveis resultaram na queda dos Investimentos de Portfólio e Outros Investimentos, a retração do crescimento nos países centrais e das operações de fusões e aquisições em âmbito global refletiram-se nos fluxos de investimento externo, que apresentaram tendência de queda após 2001. Nesse contexto, os empréstimos do FMI (contabilizados nas operações de regularização) cumpriram o papel de suprir liquidez em moeda estrangeira a partir de 2000.”

Entre 2003 e 2005 a liquidez e o crescimento global, levam à retomada dos fluxos de capitais voluntários e ao pagamento das operações de regularização com o FMI: “O crescimento dos fluxos de IED após 2004 insere-se num movimento de retomada dos fluxos de investimento externo direto para os países periféricos.”⁷ Ela observa que a partir de 2005 há fluxos positivos no caso dos investimentos de portfólio e redução do saldo negativo no caso dos Outros Investimentos (que apresentam ingresso líquido somente em 2006).

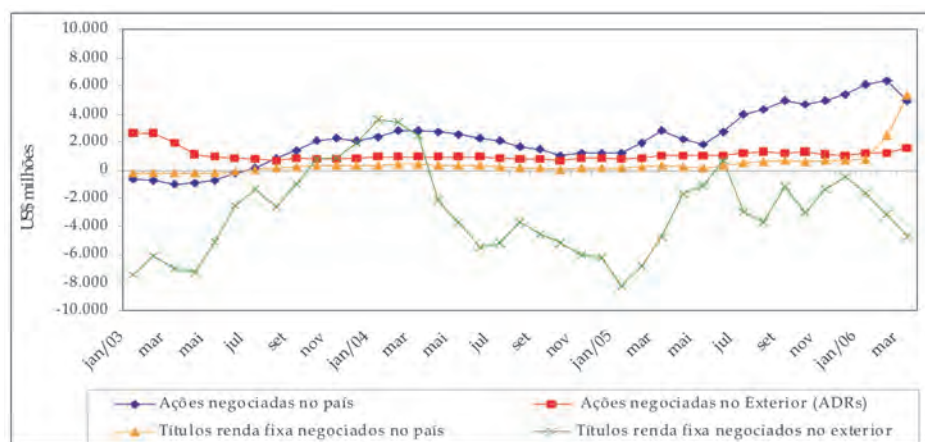
Pelo Gráfico 3 a autora da pesquisa observa que “as aquisições de ações na Bolsa de Valores de São Paulo (Bovespa) apresentaram uma recuperação significa-

⁷ Ver: Unctad. *World Investment Report*. Gênève: United Nations for Trade and Development, 2005a.

tiva e persistente, que se intensifica em 2005”. Esse movimento estaria sintonizado com o ocorrido nos mercados acionários de países tanto centrais quanto ditos emergentes.

Com as ações negociadas no exterior (os *American Depositary Receipts* – ADRs), é digno de registro o volume negociado com ADRs de empresas brasileiras na Bolsa de Valores de Nova Iorque (mercado secundário) que “atingiu um valor recorde – US\$ 61,5 bilhões no primeiro trimestre de 2006 (impulsionado pelas perspectivas de lucro de empresas produtoras de *commodities*, como Petrobrás, Companhia Siderúrgica Nacional-CSN e Usinas Siderúrgicas de Minas Gerais-Usiminas), ocupando a posição de liderança nessa bolsa.”

Gráfico 3
Investimento estrangeiro de portfólio (fluxos acumulados em 12 meses)



Fonte: Bacen. Séries especiais. Elaboração Daniela Prates/Cecon.

As “emissões líquidas de títulos de renda fixa no exterior”, no Gráfico 3, apresentaram fluxos negativos na maior parte do período. Daniela Prates corretamente vê como condicionante mais geral, o regime de câmbio flutuante, que desestimulou a demanda por endividamento externo ao implicar maior risco cambial e custo de *hedge* potencialmente mais elevado.

Segundo a professora: “Do ponto de vista das instituições financeiras, em momentos de elevado diferencial de juros e expectativa de valorização cambial, a alta rentabilidade das operações de arbitragem pode contrabalançar o menor apetite pela captação de recursos externos e estimulá-la, como ocorreu no primeiro

semestre de 2003. Contudo, com a queda do chamado ‘cupom cambial’ essa rentabilidade diminuiu e os bancos passaram a quitar seu endividamento externo de curto prazo, contribuindo para as menores taxas de rolagem e, assim, para a queda da dívida externa em 2004 e 2005. Além disso, a apreciação do Real desde 2004 certamente estimulou empresas e bancos a quitarem parte de seu endividamento externo.”

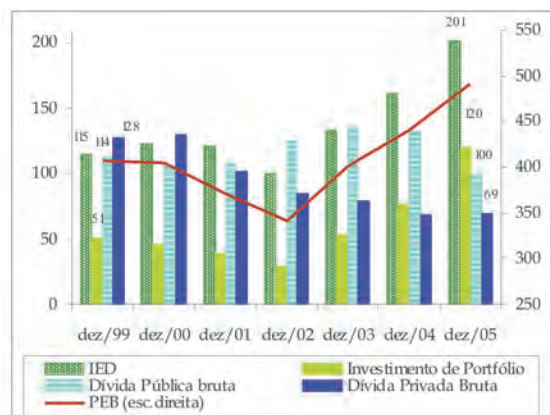
À queda do endividamento securitizado correspondeu a elevação de novas modalidades de captação, impulsionadas pela busca de rentabilidade nas principais economias. Os bônus perpétuos que ganharam espaço são títulos sem prazo de vencimento, mas resgatáveis pelo emissor a partir do quinto ano. A “desvantagem” é que implicam maior risco para o aplicador já que na contabilização aparecem como dívida subordinada que, em caso de falência, é a última a ser paga. Sob a exigência de menores *spreads* os emissores brasileiros lançaram-se à “administração de passivo (troca de dívida antiga mais cara por dívida nova, de menor custo) e ao pré-financiamento das necessidades de recursos (mediante não somente colocações de títulos, mas também empréstimos sindicalizados)” configurando-se assim, diz a professora Prates, tendências à emissão de bônus perpétuos, à administração de passivos e ao adiantamento de captações.

2 - Outro aspecto importante acentuado por essa análise é o volume crescente de títulos denominados em reais emitidos no mercado internacional procedimento análogo ao de outros países emergentes. Emissões feitas pelos bancos, pelas empresas privadas e pela República do Brasil. Aspecto fundamental assinalado é que “essas emissões ofereceram um atrativo adicional aos investidores em busca de rentabilidade... (que é) a perspectiva de continuidade de apreciação da moeda brasileira, associada, em grande parte, ao elevado diferencial entre os juros externos e internos.” Observe-se que os prazos das emissões são geralmente curtos, e as taxas de juros bastante elevadas.

Na linha de procedimentos para mudar a “dependência financeira externa” ela constata que: “Em 2005, as condições de liquidez favoráveis possibilitaram, igualmente, a realização de operações de administração de passivo pelos governos de vários países emergentes. No Brasil, o setor público seguiu o caminho do México e do Chile e aproveitou essas condições para reestruturar sua dívida externa, reduzir o endividamento líquido do setor público e pré-financiar compromissos externos de 2006”.

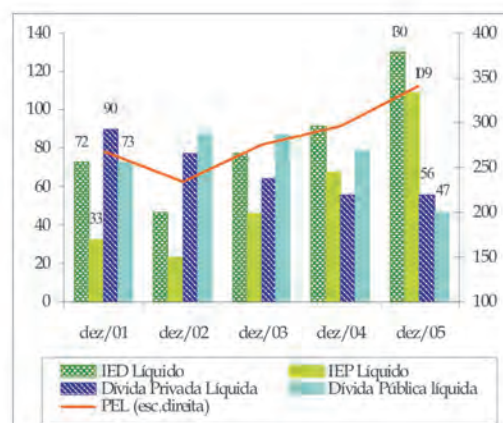
3 - Os fluxos de capitais entre 2003-2005 levaram ao crescimento do passivo externo da economia brasileira e à mudança de sua composição. As características dessas alterações são assim explicadas pelos levantamentos da pesquisadora: “Esse crescimento decorreu do ingresso líquido de investimentos externos diretos e de portfólio, que ampliaram os estoques de ativos produtivos e financeiros detidos pelos não-residentes no Brasil (ver Gráficos 4 e 5). A apreciação da moeda doméstica desde 2003 contribui, igualmente, para essa ampliação, já que esse estoque é contabilizado em dólares. No caso dos investimentos de portfólio, a valorização das ações negociadas na Bovespa atuou no mesmo sentido”.

Gráfico 4
Passivo externo bruto (US\$ bilhões)



Fonte: Bacen. Séries especiais. Elaboração Daniela Prates/Cecon.

Gráfico 5
Passivo externo líquido (US\$ bilhões)



Fonte: Bacen. Séries especiais. Elaboração Daniela Prates/Cecon.

Por sua vez a dívida externa deixa de ser o componente dominante do passivo externo. E assim foi dado que: “Enquanto as emissões líquidas negativas de títulos no exterior na maior parte do período e a quitação de empréstimos bancários resultaram na queda do estoque da dívida externa privada bruta, a estratégia de recompra da dívida externa e o pagamento dos empréstimos ao FMI explicam a redução da dívida externa pública. No caso dessa dívida, a diferença significativa entre os conceitos bruto e líquido (US\$ 100 bilhões versus US\$ 47 bilhões em dezembro de 2005) corresponde ao estoque de reservas internacionais⁸ ... Como resultado dessas tendências, em dezembro de 2005, a dívida externa total (pública e privada) somava US\$ 103 bilhões, valor inferior aos estoques de investimento externo direto (US\$ 130 bilhões) e de portfólio (US\$ 109 bilhões)”.

4 - Finalmente, deve-se considerar o mercado de derivativos cujas possibilidades de ampliar o “risco sistêmico” foram mencionadas anteriormente. Nesse contexto há uma modalidade de investimento de portfólio, que tem a característica de não ser captada pela contabilidade do Balanço de Pagamentos que são as aplicações dos investidores estrangeiros nos mercados de derivativos domésticos em muito estimuladas pelo diferencial entre juros externos e internos. No estudo em questão fica esclarecido que o “crescimento dessas aplicações e das posições nos mercados *offshore* de Real foi decisivo no movimento de apreciação da moeda nacional em 2005 (já que os movimentos nos mercados futuros se transmitem ao mercado à vista devido às operações de arbitragem).

4. À guisa de conclusão: perspectivas e políticas necessárias

A inserção financeira internacional brasileira na globalização faz parte da constituição de um “novo” padrão de acumulação do capitalismo brasileiro que vem se instaurando desde o Plano Real.⁹ Esse é um “modelo” que tem revelado limites sócio-econômicos para o desenvolvimento nacional ao mesmo tempo em que se tem revelado altamente “funcional” para a lucratividade de empresas e bancos que comandam o processo de acumulação de capital.

⁸ No caso da dívida privada, a diferença de US\$ 13 bilhões entre os conceitos bruto e líquido corresponde aos haveres dos bancos comerciais no exterior.

⁹ Ver “Capitalismo brasileiro tal qual ele é – Notas sobre o ‘modelo’ pós-desenvolvimentista 1994-2006”. Mimeo-IE-UNICAMP. Julho 2006. José Carlos Braga.

Essa inserção interage com as outras seguintes componentes de um processo mais geral: construção de uma moeda nacional – o Real; reorganização do sistema financeiro nacional; privatização bancária; expansão dos bancos estrangeiros no mercado interno; um determinado tipo de disciplina sobre os bancos públicos; securitização das operações financeiras; expansão dos mercados de derivativos; independência, na prática, da ação do Banco Central; funcionamento, *ad hoc*, do FMI, do G7, ou de “arranjo institucional” semelhante para fazer as vezes de prestamista de última instância, em dólar, quando da ocorrência de “emergências” cambiais.

Esse conjunto monetário-financeiro de questões e a inserção financeira na globalização em si mesma articulam as dimensões financeiras do balanço de pagamentos, a dimensão fiscal (superávit primário), a dimensão monetária (juros e solidez possível da moeda no território nacional) e juntamente com a dita independência do Banco Central “soldam” o chamado “regime de política econômica”.

Nesse regime tem sido ressaltada nos últimos anos a redução da “vulnerabilidade externa” tendo em conta a evolução favorável do indicador dívida externa total/expoetações, reforçada há já três anos por uma inesperada e vigorosa evolução das expoetações. Por outro lado, a expansão dos estoques de investimento externo direto e do investimento de portfólio deixa sob foco a evolução menos tranquilizadora do indicador passivo externo líquido/expoetações, provocada pela expansão expressiva do numerador desde dezembro de 2001.

Como se sabe o Passivo Externo Bruto, PEB, é composto pelos seguintes valores: dívida externa securitizada, investimento de portfólio, dívida externa bancária, estoque de investimento externo direto. O Passivo Externo Líquido, PEL, decorre do PEB menos: reservas internacionais e os haveres dos bancos comerciais e os créditos barsileiros ao exterior.

De acordo com dados do Banco central o PEB em setembro de 2005 era de US\$ 521,06 bilhões. As reservas (US\$ 60,2 bilhões), os haveres (US\$ 13,5 bilhões) e os créditos (US\$ 2,7 bilhões) totalizando US\$ 76,4 bilhões. Esses valores extraídos do PEB levam a um PEL de US\$ 444,65 bilhões. Em dezembro de 2001 o PEB era de US\$ 387,04 bilhões e o PEL era de US\$ 339,81 bilhões. Assim, entre 2001 e setembro de 2005, o PEB cresceu 34% enquanto o PEL cresceu 30%. Para fins de ilustração: a relação dívida externa líquida/expoetação era de 0,9 em setembro de 2005 enquanto a do passivo externo líquido/expoetação era de 3,5.

Não é o caso de discutir aqui os alcances e limitações do “padrão de acumulação”

brasileiro que corresponde à inserção financeira internacional em curso. Mas, pelo menos e, finalmente, assinala-se que, em termos genéricos, um problema estratégico é qual a *política pública financeira* capaz de fazer com que o país aproveite produtivamente a abundância de capitais quando eles fluem para a periferia e, ao revés, como instituir mecanismos de proteção contra o refluxo (de capitais) já que quando ele ocorre pode, *no limite*, provocar crises econômico-financeiras de perfil semelhante ao de uma “grande depressão” tal como ocorreu na Argentina recentemente.

O Brasil atualmente exhibe, para usarmos a linguagem tão apreciada pelo mercado, “saudáveis fundamentos econômicos”. Os fluxos positivos de capitais o confirmam. Da inflação baixa, passa-se pelo superávit fiscal primário e chega-se às contas externas, exemplarmente (sic!). A “visão dos mercados” é a de que agora trata-se de obter um superávit nominal zero (que inclui os custos financeiros).

Essa é uma “estratégia fiscal” muito discutível. Seria mais bem aconselhável a montagem de uma **agenda pública** acerca da **política financeira do desenvolvimento**, antes que a especulação “natural” dos próprios mercados venha a arrasar esses fundamentos mesmo com mais “esforço fiscal” e com a obtenção de *investment grade*. A agenda teria uma perspectiva (**negociada**) de curto e médio prazos no sentido da transição da situação de juros altos e de câmbio depreciado para outra situação mais adequada ao crescimento. No âmbito de tal agenda aí sim “reordenar” o gasto público corrente sem perda da perspectiva pública e social. Teria também uma perspectiva de médio e longo prazo vinculada ao financiamento dos projetos estruturantes de um tipo de crescimento com distribuição de renda em que o papel do BNDES, da Caixa Econômica Federal, do Banco do Brasil, do Banco da Amazônia e do Banco do Nordeste seria igualmente estruturante. Em síntese, a inserção financeira internacional deverá, portanto, ser disciplinada desde essa ótica pública ou ficará sob a égide da instabilidade global.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Eu vou simplesmente sublinhar algumas questões porque acho que todos já tocaram nos pontos centrais. Em primeiro lugar, estamos vivendo um ciclo de liquidez internacional e de inflação de ativos jamais visto. Não se teve notícia de um ciclo de tamanha intensidade. Digamos que nas últimas três décadas do século XIX tenha acontecido alguma coisa parecida. Bem menor, claro, mas muito parecida até porque essas últimas três décadas assistiram à superação da Inglaterra pelos Estados Unidos e pela Alemanha.

Já foi dito que a economia capitalista é geneticamente internacional, internacionalista, o que não significa dizer que os Estados nacionais não tenham tido importância na definição da forma que assumiu essa internacionalização. Digo isso porque seria impossível a Inglaterra ter se desenvolvido como potência industrial e financeira, se o capitalismo não tivesse propiciado aos Estados Unidos e à Inglaterra suas estratégias nacionais. Isso é muito parecido com o que ocorre hoje com os Estados Unidos e a China. Ou como ocorreu no pós-guerra com os Estados Unidos e a reconstrução européia. Ou, ainda, como ocorreu conosco nos anos 50 e 60, sob o abrigo das precárias e vacilantes regras de Bretton Woods que terminaram em 1971, com a declaração unilateral de inconvertibilidade do dólar pelo presidente Nixon. Mas isso – o que eu e a professora Conceição já discutimos muitas vezes –, ao contrário do que eu imaginava, deu um impulso adicional à internacionalização produtiva e à chamada globalização financeira.

Mas a realidade da globalização, conduzida pelas finanças e pela migração da grande empresa internacional, avançou com muito mais rapidez do que a utopia. À medida que a utopia ia desfalecendo, a realidade da globalização ia avançando. Constituiu-se um eixo econômico; primeiro no pós-guerra, sob a égide americana. Como disse muito bem Samuel, nós não temos livre-comércio, nunca tivemos. O comércio sempre foi administrado. Eu atiraria o David Ricardo do 10º andar de qualquer prédio por causa da teoria das vantagens comparativas. Muito bem, ele fez o serviço dele, estava explicando como devia funcionar do ponto de vista inglês, assim como, também, o padrão-ouro e a *currency school*, que serviram bem à Inglaterra, país que tinha a moeda reserva mundial.

Eu estava ouvindo aqui o que o José Luís falava sobre a moeda “ouro negro”. Eu acho que a moeda internacional atual, o dólar, que não tem lastro como as pessoas dizem, portanto tem inconvertibilidade, é a que chegou mais próxima do seu conceito – conceito que dá a forma da riqueza numa economia como essa. Nessa idéia da moeda-mercadoria em que muitos caíram, como Marx, por exemplo, nessa idéia de que moeda internacional tinha que ser uma mercadoria Keynes não caiu. Ele diz que vamos nos aproximar cada vez mais da moeda administrada. O que é moeda administrada? É a que temos hoje nos Estados Unidos. A liquidez internacional tem a ver com essa capacidade dos Estados Unidos de manejar o seu sistema financeiro de modo a emitir crédito de maneira incrivelmente rápida e sem precedentes. Basta olhar o que está acontecendo com o consumo.

Nos Estados Unidos, é o consumo que está puxando há anos a economia, e não o investimento produtivo. O que é que aconteceu de novo? O consumo assumiu definitivamente a sua natureza capitalista. Ele é financiado como é financiado o gasto capitalista. Não tem nada a ver com a função consumo de Keynes, nem com o que discutiu Duesenberry e outros, nos anos 50 e 60. Não tem mais nada a ver. Ele é um componente importante do gasto capitalista e terá tanta instabilidade quanto o investimento. Gostaria de viver mais uns 10 anos para assistir a esse filme. Hoje em dia, é claro que o consumo americano se funda na valorização das residências – é o efeito riqueza –, e num brutal endividamento que cresce muito acima da renda corrente. Se olharem uma curva de relação entre endividamento e renda corrente, verão que a dispersão é incrível. A renda corrente corre muito abaixo. Aliás, Samuel falou aqui na concentração da riqueza que, não só no caso brasileiro, mas também no caso americano, é muito maior que a da renda.

Não adianta observar os valores médios, porque eles dão, por exemplo, 100%, 120%, acima da renda corrente. Mas para as camadas de baixo, para os 20% inferiores, tem-se um endividamento de 300% sobre a renda disponível. Muito maior do que a média. Isso é possível por quê? Porque, na verdade, a economia americana transferiu uma boa parte da sua oferta para o *cluster* produtivo asiático. É uma área integrada, onde o comércio interno entre eles cresce muito mais rapidamente que o comércio deles com os Estados Unidos ou com a Europa, porque na verdade a China funciona como uma correia de transmissão entre a demanda americana e a demanda asiática, seja de componentes, seja de bens de capital. Tanto assim que os chineses têm déficit com os asiáticos e superávit de 200 bilhões com os americanos. Portanto, funciona como uma correia de transmissão. Ademais, eles acumulam reservas a uma velocidade incrível. Vou dar um dado a vocês que saiu num artigo recente de Dani Rodrik. No final dos anos 80, a relação reservas/PIB dos países emergentes, em média, era de 5%. Hoje em dia é de 35. Então, quando se olha a curva de evolução nota-se que ela acelera a partir dos anos 90, depois há uma interrupção, entre 1997 e 98, quando ocorre a crise asiática, e depois a velocidade, a pendente, é mais inclinada ainda, porque a velocidade de crescimento é muito maior. Isso porque depois da crise asiática todos se deram conta de que precisavam ter reservas altas, segurar a taxa de câmbio, para poder manter a velocidade de crescimento das exportações, não deixar que houvesse disparidade entre as taxas de câmbio internas deles. Se houvesse a disparidade – a

mudança de ritmos de crescimento, a relação iuan-won, iuan-iene não pode flutuar muito – , se desorganizariam as relações comerciais entre eles.

Aceitarão menos ainda a flutuação do iuan, por exemplo, por ocasião da definição do 11º plano quinquenal chinês. Três senadores americanos foram até lá pedir que os chineses deixem o iuan flutuar. O que respondeu o responsável pela política cambial? Disse que o problema do desequilíbrio comercial americano decorre da baixa poupança dos americanos. Logo, não é problema da China. A China simplesmente está vendendo honestamente os seus produtos baratos para que os consumidores americanos se empanturrem. A situação é essa. Ao mesmo tempo, estão contribuindo para a expansão da liquidez mundial, porquanto eles financiam o déficit de transações correntes, o déficit comercial americano.

Nota-se que as pessoas não percebem que as coisas podem ser assim e o seu contrário. Não percebem a contradição e alguns dizem que não há problema nenhum. Isso aí pode continuar indefinidamente, até porque a China tem um reservatório de mão-de-obra que vai lhe permitir continuar exportando barato e deixando os consumidores americanos se apropriarem dos ganhos de produtividade produzidos pela China.

Se fosse simples assim, por que é que os senadores americanos foram lá, reclamar? Um deles é do estado de Yutah. O que é que aconteceu em Yutah? Fábricas fecharam, dizimadas pela concorrência chinesa. Então, não tem livre-comércio, mas em compensação a intensidade da concorrência global cresceu violentamente. Há um aumento brutal da competição.

Em geral, acham que por causa das fusões, aquisições, há menos empresas controlando cada um dos mercados, logo, que a concorrência diminui. Ledo engano, a concorrência aumentou. Como diz a Conceição, as empresas concorrem entre si e os Estados nacionais concorrem entre si. Os chineses concorrem garantindo a sua taxa de câmbio e usando o seu sistema bancário público para esterilizar a moeda; eles vão chegar, provavelmente, a um trilhão de reservas em breve. Já superaram o Japão, já estão com mais de 850 bilhões. Fazem as operações de esterilização com uma taxa de juros baixinha, 2,5% ao ano, o que para eles é dívida pública. O sistema é singular, atípico. Ademais, só para terminar, estamos lidando com um país que tem uma economia capitalista de Estado, mas o Estado não é dirigido pela classe economicamente mais poderosa. Não é dirigido pelos capitalistas. É dirigido por uma burocracia pública formada pelo partido

comunista. Essa é a peculiaridade da China. Não há grupos de interesse, embora, é claro que há diversidade de opiniões, mas é a burocracia do partido comunista que dirige aquele sistema. Isso é uma singularidade. Capitalismo sem uma classe dirigente capitalista, capitalismo de Estado, talvez. É uma burocracia dirigente. Podem chamar como quiserem. Os weberianos podem usar a palavra burocracia, os marxistas podem usar outra coisa para designar o fenômeno, mas o fenômeno é esse. Podem chamar de burguesia de Estado, se bem que burguesia de Estado supõe outras relações de produção.

Isso demonstra que as burguesias nacionais, como, aliás ocorreu nas outras experiências asiáticas, tinham na verdade muito pouco poder político, estavam muito submetidas ao Estado. A China levou isso à exasperação. Mas é também o caso da Coreia, de Taiwan, etc. Em certo sentido, a China levou à exacerbação essa forma de funcionamento com base numa burocracia de Estado.

Era basicamente isso que eu queria dizer. Agradeço a paciência que vocês tiveram, muito obrigado.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Foram debatidos temas muito diferentes, mas todos com implicações no Brasil e isso não ficou muito claro. Quais são as implicações no Brasil? Por exemplo, o Belluzzo não tocou no assunto, alegando que já estavam todas ditas. Não sei se é essa a percepção das pessoas. Gostaria de voltar, no que diz respeito às quatro palestras. E poderíamos fazer algumas perguntas. Primeira: até que ponto podemos voltar atrás? É possível fazer controle de capitais nessa situação? Segunda: é possível que as multinacionais que estão interessadas no petróleo, as antigas Sete Irmãs, e que hoje são de qualquer natureza, possam operar à sombra dos interesses nacionais nos Estados que fornecem energia na América Latina? Essa pergunta é para o prof. Fiori. E para o prof. Belluzzo, é muito simples: até que ponto esse desequilíbrio estrutural do sistema favorece ou não o Brasil?

Aliás, antes eu queria dizer uma coisa. O Braga mencionou o fato de que há mercados derivativos *onsshore* e *offshore*. O Banco Central do Brasil tem uma peculiaridade. Supõe-se que, quando você tem um diferencial de preço muito importante nos mercados financeiros, o processo de arbitragem acaba reduzindo esse diferencial.

Essa, pelo menos, é a hipótese sobre a arbitragem. Só que no nosso caso, como os investidores estão arbitrando contra uma taxa de juros fixada pelo Banco

Central, a valorização do Real é muito mais forte porque a arbitragem se dá indefinidamente. Não se conseguem ajustar os preços pois a taxa de juros não se move e se continua mantendo o diferencial. Então, não há outra razão para a valorização tão intensa. O Real foi a moeda que mais se valorizou nos últimos dois anos. Por quê? Exatamente porque a política monetária do Banco Central é um desastre, uma das coisas mais burras que já se viu. Com essa intensidade de liquidez que a economia tem, não há razão nenhuma para não se ter reduzido a taxa de juros com uma velocidade maior. O que se está provocando é um risco enorme quando se baixarem os juros.

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. A Conceição estava dizendo aqui, “quando se baixarem os juros”. Mas você vai ter que desmontar essas posições. E não se sabe, quando desmontarem essas posições, qual será o efeito sobre o câmbio. Ninguém sabe, porque não há antecedentes. Então, não adianta dizer que ao se baixarem os juros aqui, provavelmente se provocará uma inflação de ativos interna, nos imóveis, na Bolsa, e provavelmente no mercado de câmbio. Na economia não se pode brincar com essas coisas como se se estivesse brincando com *PlayMobil*, que se monta e desmonta do mesmo jeito. Existem irreversibilidades. Os agentes tomam decisões em função dos preços que aí estão, e, então, desmontam as posições. Na hora em que desmontarem as posições haverá um movimento dos preços, do câmbio e provavelmente dos ativos financeiros. É isso que queria dizer, mais nada.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. Pois é, isso é importante, pois logo em seguida, com a possível reação do Banco Central, voltará a subir a taxa de juros. O que eu estou falando é que do jeito que está, ficou claro pelas duas exposições de agora, não temos uma situação em que pagamos o preço por ter cão e o preço por não ter cão.

A pergunta era sobre controle de capitais. Na verdade, é meio difícil falar em controle de capitais. Desejável, mas extremamente difícil, sobretudo por causa de um ponto que depois podemos retomar. O Brasil tem um desenvolvimento muito amplo do sistema financeiro. É diferente se fazer controle de capitais numa economia que não tem a sofisticação do nosso sistema financeiro. Ademais, com essas conexões todas. É complicado.

Só conheço dois sistemas com controle de câmbio eficientes, e são ambos extremamente rudimentares em matéria de desenvolvimento de sistema financeiro,

que são os da China e da Índia. No caso da China, na verdade eles o desenvolveram com passivos externos, porque têm 500 bilhões de dólares de passivos externos, das multinacionais, que para lá foram por causa das zonas de exportação. E depois para dentro, isto é, no circuito interno. O circuito internacional é todo externo. Mas o banco público não financia exportações.

O que os bancos públicos financiam são construção civil, *non tradeables*, na linguagem de economista. Por conseqüência, insisto, a China tem dois sistemas, um sistema internacionalizado em dólar, em que deve e é credora. Ela deve às multinacionais americanas e é credora do Estado americano. Para que lhe serve isso? Para o Estado americano tratá-los bem e não fazer uma guerra. E, por outro lado, também pressioná-los o tempo todo. Essa é a ambigüidade chinesa, que não sei se foi mencionada pelo Fiori ou pelo Samuel. O milagre capitalista exportador da China é privado, de multinacionais estrangeiras. Como nunca ocorreu no Brasil. O nosso investimento direto, tipo JK, é *peanuts* comparado com aquilo. Haja vista o nosso endividamento, os passivos externos que temos hoje e o que eles têm. Por outro lado, e ao contrário de todos os demais da América Latina, ela é credora dos Estados Unidos. E, que eu saiba, nós não somos credores dos Estados Unidos.

Essa é uma diferença substantiva que faz com que, na verdade, o problema do câmbio lá e cá seja radicalmente diferente. É preciso olhar as estruturas como elas são. No meu ponto de vista, a maior parte das pessoas que falam sobre a China não entende coisa nenhuma do que estão falando. A China é deficitária com o resto do leste da Ásia. E conosco, inclusive. É superavitária com os Estados Unidos. E o fato de estar operando em dólar, fora, não dentro, do *tradeable*, faz com que ela tenha que acumular dólar – pois se todo mundo lhe paga em dólar! Qual é a moeda *tradeable* no mundo? Dólar. Petróleo, o que é que é? Dólar. A idéia de que possa haver “padrão ouro petróleo” é uma piada. Todas as mercadorias *commodities* estão em dólar, todas, mesmo quando os donos do petróleo sejam Estados, como no caso da Arábia Saudita.

PERGUNTA DA PLATÉIA: Quando se desenvolveu o conceito de geopolítica?

JOSÉ LUÍS FIORI. Foi no século XIX que se desenvolveu mais ou menos esse campo do conhecimento chamado geopolítica (depois mudou de nome). No final do século XIX, havia a geopolítica dos anglo-saxões. Então, a geopolítica foi sempre uma tentativa de embasamento geográfico da estratégia de um poder expansi-

vo, de um poder imperial. O interessante é observar que, no final do século XIX, começo do XX, os geopolíticos americanos e ingleses, McKinder e outros, sempre consideraram que a ameaça maior, do ponto de vista do controle mundial, era que se concentrasse, se articulasse uma base de poder no coração da Eurásia.

O que era o coração da Eurásia? Era algo que ficava mais ou menos entre Moscou e Berlim, um pouco mais para lá, um pouco mais para cá. E a hipótese deles é que isso devia ser evitado de todas as maneiras. Havia duas pontes a serem evitadas. Uma, mais factível de se pensar, era a ponte que unia europeus, ou seja, alemães e russos; e outra, menos concebível, devido a diferenças de todo tipo, era a ponte formada entre russos e chineses. Houve conflitos históricos, seculares, pela presença dos europeus na Ásia, mais implantados do que os próprios russos. Hoje estamos assistindo a uma tentativa mais continuada, que tem passado por iniciativas militares, por operações conjuntas e, agora, pela questão dos *pipelines* de petróleo, energia, gás, e portanto de aproximação estratégica entre China e Rússia. Até onde se possa ou não avançar é mais complicado de se analisar, mas nesta quadra isso, aparentemente, é útil para os dois. No sentido de que estão criando uma espécie de veto, que, mesmo distante, lá nos confins da Eurásia, é um razoável poder de veto. E que traz vantagens enormes para a Rússia, mas também para a China. Por exemplo, nesse episódio recente da discussão no Conselho de Segurança a propósito do Irã, quem barrou a proposta foram a Rússia e a China. Há sinais de que elas começam a operar juntas em vários fóruns.

A própria questão da Coreia do Norte foi esvaziada pela Rússia e China, contra a vontade do Japão e dos Estados Unidos. De passagem eu comentei – é anedótico – que este ano na China é o ano da Rússia. E vice-versa no ano que vem. Na semana passada, Putin estava em Pequim inaugurando e assinando vários acordos. Isso também fortalece o governo de Putin. Ele tem mais cacife para fazer o que está fazendo agora. Nos próximos meses vai assinar uns 38 acordos que praticamente retomam a zona econômica da antiga União Soviética – exceto os pequenos países da Europa Central –, com a Bielorrússia, a Ucrânia. Isso criará um espaço econômico comum, que, no fundo, era a velha União Soviética, e/ou, muito mais atrás, o velho império da Grã Moscóvia.

Foi o que eu tentei dizer. Há sinais por todo lado. Não só porque o PIB russo está crescendo, até porque a força deles não está no crescimento do PIB, mas porque eles mantiveram o controle da tecnologia de ponta militar e das fontes de

energia. É com isso que estão operando, em direção à Ásia, em direção à Alemanha. Por exemplo, um dos problemas que a nova chanceler alemã teve imediatamente foi porque Putin nomeou o ex-chanceler Bernard Schröder presidente da companhia russo-alemã que irá construir o *pipeline* para a Europa.

PERGUNTA DA PLATÉIA: O que se pode dizer sobre o debate em torno do estatuto do Banco Central, tema não tem sido muito comentado pelos futuros candidatos à Presidência da República?

LUIZ GONZAGA BELLUZZO. Eu não tenho dúvidas de que esse tema vai aparecer, vai reaparecer, seja qual for o governo eleito. Isso já está no *pipeline* das reivindicações. O Banco Central brasileiro tem uma independência não formal muito maior do que os países cujo Banco Central tem independência formal – nos Estados Unidos, pelo menos, há o ritual da prestação de contas do Allan Greenspan junto ao Congresso americano, ele tem de ir lá nas audiências regulares.

Diz a lei que o Banco Central americano é independente, mas ele é fruto, é uma criatura do Congresso. No Brasil a independência não é formal e, no entanto, não há quem consiga contrastar essa independência. Até porque estou só esperando a próxima reunião do Comitê de Política Monetária, o COPOM, para ver se eles vão reafirmar a sua independência. Em vez de baixar a taxa de juros em 0.75, eles baixam 0.50 ou 0.25, para ser mais cruel.

Creio que tínhamos de entrar nessa discussão da independência do Banco Central. Nós queremos saber como é que isso vai ser regulamentado, a quem eles prestam contas, como é o sistema de aprovação, porque, na verdade, não adianta nada o Congresso sabatinar o diretor do Banco Central e aprová-lo quase que automaticamente. O que é verdade também para o juiz do Supremo Tribunal Federal. Então, precisa-se ter um sistema de controle. Tirando a China, que acumulou reservas por razões neomercantilistas, os outros países as acumularam ou foram obrigados a acumulá-las porque fizeram a abertura financeira e não quiseram deixar suas taxas de câmbio apreciarem.

Dizem que este é o resultado dos bancos centrais independentes, e que acumular reservas tem um custo. Muitas vezes o custo é enorme, dependendo do diferencial de taxas de juros com que se está trabalhando. É um custo que vira custo fiscal, como nós sabemos aqui. Então, a história dessa abertura financeira e dos seus efeitos fiscais é que, na verdade, quem paga a conta não é quem ganha o dinheiro.

MARIA DA CONCEIÇÃO TAVARES. As finanças são a instância mais anti-democrática que existe. Eles querem independência do Banco Central para não se submeter ao escrutínio político do cidadão. No fundo, essa é que é a questão. É como se dissessem: esse pedaço aqui vocês não discutem, isso não é para vocês, não é conversa para índio, é só para os de cima. Se for um especialista, tem direito a palpitar. Veja o que está acontecendo na discussão econômico-financeira na imprensa brasileira. É feita exclusivamente a partir da opinião dos economistas de banco, que estão sempre dizendo a mesma coisa.

Agora o tema é que os gastos públicos estão crescendo muito rapidamente e assim não vai dar para baixar mais a taxa de juros, não obstante se tenha um superávit primário que já está em 5% do PIB. Quando aprendi economia, aprendi que, a despeito de estarem crescendo os gastos públicos, se você consegue crescer o superávit é porque os fatores de contração sobre a renda são maiores que os fatores de expansão. Se você está aumentando o gasto, está aumentando o superávit, está contraindo mais, o efeito contracionista é mais forte. E, no entanto, eles dizem que a política monetária não funciona porque a política fiscal não ajuda, ou porque o BNDES fica chateando com esse negócio de crédito direcionado e subsidiado. Encerramos.